

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE AS MULHERES
PRATICANTES DE LUTAS**

LARYSSA RANGEL GUERRA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE AS
MULHERES PRATICANTES DE LUTAS**

LARYSSA RANGEL GUERRA

Sob a Orientação do Professor

DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre** em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração Psicologia, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Seropédica, RJ

Abril de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G934r

GUERRA, LARYSSA RANGEL, 1996-
AS REPRESENTAÇÕES SÓCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE
AS MULHERES PRATICANTES DE LUTAS / LARYSSA RANGEL
GUERRA. - Rio de Janeiro, 2023.
81 f.

Orientador: DENIS NAIFF. Dissertação(Mestrado). -
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2023.

1. Pensamento Social. 2. Mulheres. 3. Educação
Física. I. NAIFF, DENIS, 1971-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LARYSSA RANGEL GUERRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração Psicologia Social, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/04/2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF
Data: 04/08/2023 14:27:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Denis Giovanni Monteiro Naiff
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 RICARDO RUFFONI
Data: 04/08/2023 21:00:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Ruffoni
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Documento assinado digitalmente
 ALVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO
Data: 07/08/2023 11:05:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Álvaro Rafael Santana Peixoto
Universidade Estácio de Sá - UNESA

“O que me interessa não é uma síntese, mas um pensamento transdisciplinar, um pensamento que não se quebre nas fronteiras entre as disciplinas.

O que me interessa é o fenômeno multidimensional, e não a disciplina que recorta uma dimensão nesse fenômeno.

Tudo o que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico.

É importante que estes aspectos não sejam separados, mas sim que concorram para uma visão poliocular.

O que me estimula é a preocupação de ocultar o menos possível a complexidade do real.”

(MORIN, 1983)

Dedico este trabalho à força maior que me rege e me dá apoio perante meus obstáculos,
aquele ao qual chamamos de Deus.
Ao meu bem mais precioso, Liv. Que em meio ao caos, se fez brisa leve.
À Rosemeri Rangel, que sempre me apoiou e me incentivou nos estudos.

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não se desenvolve sozinha, ao longo do processo muitos atores direta ou indiretamente perpassam por ela.

Portanto, agradeço à minha menina Liv, que apareceu do nada e fez morada em mim, que ela possa ter alguém de quem se orgulhar.

À minha família que esteve ao meu lado ao longo desse trajeto e que nunca duvidaram do quanto capaz eu posso ser em enfrentar desafios.

E à minha mãe, Rosimeri Rangel, que se dedicou em me ofertar, dentro das suas possibilidades, a melhor educação. E me ensinou os valores mais preciosos que alguém pode ter, os valores humanos.

Aos meus amigos, obrigada pela compreensão e me desculpe pelos momentos em que me fiz ausente de alguma forma. Viu?! Agora essa conquista também é de vocês!

Aos docentes e aos colegas da pós-graduação. E em especial à Vanessa Anjos, pelos momentos de fala e escuta, por ter partilhado comigo as angústias e alegrias que nos capacitaram para chegarmos até aqui.

Ao meu orientador, Prof. Denis Naiff por embarcar nessa comigo e por me mostrar que é sim possível estabelecer a conexão entre a Educação Física e a Psicologia Social. À Prof. Luciene Naiff, por sanar dúvidas e se fazer atenta às nossas demandas.

Ao meu coorientador, Prof. Ricardo Ruffoni, que me incentiva a ir além e tem participação especial no decorrer dessa jornada.

A todos os educadores que passaram em minha vida em algum momento e contribuíram para a minha formação e despertaram em mim a ambição por lecionar.

Gratidão!

Guerra, Laryssa Rangel. **As representações sociais de universitários sobre as mulheres praticantes de lutas.** Dissertação (Mestre em Psicologia). Instituto de Educação, Departamento de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE AS MULHERES NAS LUTAS

RESUMO

O fenômeno desportivo é um campo próspero seja na esfera de alto rendimento, quanto na escolar ou de lazer para estudos que envolvam o feminino e sua corporeidade. A mulher tem ocupado mais espaços e conquistado mais direitos ao longo dos anos. No âmbito esportivo, em tempos mais remotos era difundida e naturalizada a crença de que às mulheres não caberiam práticas corporais que porventura pudesse corromper sua graciosidade e feminilidade. Sendo as mesmas banidas de diversas competições esportivas e proibidas de praticarem determinadas modalidades no dia a dia por serem consideradas inaptas para tal. A Teoria das Representações Sociais (RS) se apresenta como um campo de saber a fim de estabelecer uma compreensão a respeito de práticas e pensamentos partilhados na sociedade. Representações são geradas para transformar conteúdos sociais não familiares em algo que seja consensualizado e conhecido e dentre essas questões compartilhadas, nota-se que a sociedade contemporânea ainda passa por resquícios dos processos que tentavam imputar a noção de que os grupos que estão à margem socialmente não merecem visibilidade, não merecem espaço. Portanto, ao considerar a ideia de que a universidade se constitui como um espaço da construção do saber, a partir dessa perspectiva tal estudo se desenvolveu. O objetivo foi o de investigar as Representações Sociais das mulheres praticantes de lutas, sob a ótica de estudantes universitários de cursos de Educação Física. A amostra foi composta por 137 discentes do gênero feminino e masculino, de períodos de integralização de curso distintos. Para o desenvolvimento de tal estudo, foi utilizada a Abordagem Estrutural das Representações Sociais, que estabelece que há um núcleo central e um sistema periférico ao se organizar hierarquicamente os cognemas gerados. Para tal, ocorreu o uso de questionário sociodemográfico e de evocação livre com o termo indutor “mulheres praticantes de lutas”, dados que foram analisados pelo software Iramuteq®. Os resultados apontam que é quase nula a visão de objetificação e hipersexualização dessas mulheres praticantes de lutas e possivelmente isso se deve devido a população estudada ter uma maior conscientização sobre tal realidade, desse modo, tende a naturalizar mais facilmente a mulher que luta. O aspecto força e a visão de que são fortes orienta o que esse grupo representa sobre estas mulheres e esse olhar indefere mesmo nas variáveis gênero ou periodização de curso. Com uma ênfase que o cognema defesa foi evocado em sua maioria por mulheres, o que demonstra uma preocupação no zelar por si.

Palavras-chave: pensamento social; mulheres; Educação Física.

Guerra, Laryssa Rangel. **The social representations of university students about women practitioners of fights.** Dissertation (Master in Psychology). Institute of Education, Department of Psychology, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2023.

THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF UNIVERSITY STUDENTS ABOUT WOMEN IN STRUGGLES

ABSTRACT

The sports phenomenon is a prosperous field, whether in the sphere of high performance, school or leisure for studies involving women and their corporeity. Women have occupied more spaces and gained more rights over the years. In the field of sports, in more remote times, the belief was widespread and naturalized that women would not fit body practices that could corrupt their grace and femininity. Being the same banned from various sports competitions and prohibited from practicing certain modalities on a daily basis because they are considered unfit to do so. The Theory of Social Representations (SR) presents itself as a field of knowledge in order to establish an understanding of shared practices and thoughts in society. Representations are generated to transform unfamiliar social contents into something that is consensual and known and among these shared issues, it is noted that contemporary society is still experiencing remnants of processes that tried to impute the notion that groups that are socially marginalized do not deserve visibility, not space. Therefore, when considering the idea that the university is constituted as a space for the construction of knowledge, this study was developed from this perspective. The objective was to investigate the Social Representations of women practitioners of fights, from the perspective of university students of Physical Education courses. The sample consisted of 137 female and male students, from different periods of completion of the course. For the development of this study, the Structural Approach of Social Representations was used, which establishes that there is a central nucleus and a peripheral system when hierarchically organizing the generated cognems. To this end, a sociodemographic and free evocation questionnaire was used with the inducing term "women who practice fighting", data that were analyzed using the Iramuteq® software. The results point out that the vision of objectification and hypersexualization of these women who practice fights is almost non-existent and possibly this is due to the fact that the studied population has a greater awareness of this reality, in this way, it tends to more easily naturalize the woman who fights. The aspect of strength and the view that they are strong guides what this group represents about these women and this view is indifferent even in the variables gender or periodization of the course. With an emphasis that the cognem defense was evoked mostly by women, which demonstrates a concern in taking care of themselves.

Keywords: social thinking; women; Physical Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OBJETIVOS.....	6
2.1 Objetivo Geral.....	6
2.2 Objetivos Específicos.....	6
3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	7
3.1 Psicologia Social e as Representações Sociais.....	7
3.1.1 Representações Sociais: O fenômeno.....	9
3.1.2 Representações Sociais: Gênese.....	10
3.2 Teoria da Representação Social.....	12
3.2.1 O Processo e as Funções.....	13
3.2.2 As abordagens na Teoria das Representações Sociais.....	14
3.3 A Abordagem Estrutural.....	16
4. LUTAS E MULHERES: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL.....	18
4.1 O Ser Mulher.....	18
4.1 As Mulheres nos Esportes: Histórico.....	20
4.2 “Do Homem, Da Mulher”: Discursos Interseccionais de Gênero no Esporte....	22
4.4 Mídia, Esporte Espetáculo e os Megaeventos.....	25
4.5 Um breve histórico das mulheres nas Lutas.....	26
5. METODOLOGIA.....	30
5.1 População.....	30
5.2 Aspectos Éticos da Pesquisa.....	31
5.3 Instrumentos.....	31
5.4 Procedimento de Coleta de Dados.....	33
5.5 Análise de Dados.....	34
6. RESULTADOS.....	35
6.1 Descrição dos Resultados.....	35
6.1.1 Evocação Livre.....	44
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55
8.1 ANEXO I – Distribuição dos participantes por Instituição de Ensino.....	11
8.2 APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pesquisa Presencial.....	12
8.3 APÊNDICE II – Instrumento de Pesquisa (Questionário de Caracterização Sociodemográfica e Atitudinal).....	12
8.4. APÊNDICE III – TCLE reduzido e Questionário utilizado para a pesquisa Online.....	13

1. INTRODUÇÃO

Não é de hoje que os grupos sociais tomados como à margem da ideia do que se entende por sociedade têm sido alvo de estudos nas mais diversas áreas, como é o caso das mulheres, que pleiteiam atenção da Psicologia Social que tem se debruçado ao entendimento dos papéis destas nos mais distintos contextos sociais. Desse modo, elas têm conquistado outros espaços, como o cenário esportivo.

O fenômeno desportivo é um campo próspero para o desenvolvimento de estudos que envolvam o feminino e sua corporeidade, seja na esfera do lazer, alto rendimento ou escolar. Em especial, após a pandemia de COVID-19 (sigla em inglês para *coronavirus disease 2019*) que proporcionou muitos efeitos lesivos à saúde dos indivíduos em decorrência do impacto direto no estilo de vida dos mesmos, visto que a restrição social propiciava um cenário favorável a redução dos níveis de atividade física e no aumento de um comportamento sedentário por parte da população (MALTA *et al.*, 2020).

A retomada às práticas esportivas se torna emblemática, pois além de possibilitar o lazer, também proporciona o bem-estar e a saúde que transpõe a barreira do físico, indo de encontro à saúde mental. E por esses e outros fatores, o esporte na contemporaneidade se reafirma cada vez mais como uma potente área.

Nesse sentido, a compreensão da mulher enquanto agente historiográfico perpassa também pelo entendimento do homem, em uma perspectiva plural, sendo homem e mulher categorias vazias e transbordantes (SCOTT, 2010). Desse modo, tal estudo se dedica a analisar a maneira com que a figura da mulher no cenário esportivo, mais especificamente a praticante de lutas, é pensada socialmente por discentes do curso de Educação Física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Um estudo desenvolvido pela ong britânica *Women In Sport* intitulado "*Beyond 30 percent: Workplace Culture in Sport*" (o que traduzindo seria, "Além dos 30%: A cultura do local de trabalho no esporte"), que data do período de setembro de 2017 a março de 2018 e entrevistou um total de 1.152 pessoas, entre mulheres e homens, em diversos cargos esportivos, apontou que 38% das mulheres atuantes no mundo esportivo já sofreram alguma vez na vida alguma forma de discriminação de gênero. O mesmo estudo evidencia que 40% dessas mulheres acreditam que seu gênero influencia negativamente na maneira com que as pessoas as valorizam, em contraponto com apenas 9% dos homens que relataram pensar dessa forma. E

30% delas relatam que já foram alvo de algum comportamento considerado inapropriado por um membro do sexo oposto, enquanto apenas 11% dos homens disseram o mesmo.

Sob essa ótica, pode-se observar uma elevada discrepância nos percentuais obtidos nas respostas, o que acaba por elucidar a discriminação de gênero no mundo esportivo e a forma com que isso impacta diretamente em cada um desses atores.

Um ambiente esportivo propício a desencadear tais questões é o das lutas. Nesse sentido, une-se dois fenômenos que por si só são capazes de gerar situações de preconceito e desigualdade: mulheres e lutas. Historicamente, esportes como as lutas despertam por vezes uma sensação de estranheza quando praticados por uma mulher.

Alguns autores corroboraram para a difusão de uma noção do esporte como algo exclusivamente pertencente ao homem, como foi o caso de Badinter (1993, p. 4), que afirma que esportes violentos, que promovam a agressão se tornam uma das melhores formas de iniciação a virilidade, ou seja, auxiliam diretamente na transição de menino para homem. Desse modo, as lutas poderiam facilmente ocupar tal função. Souza e Altmann (1999, p. 57) explicam que por volta dos anos 1930 no Brasil, observava-se a mulher a partir de um viés romântico, como se sua vida girasse em torno do ser mãe:

(...) Aos homens era permitido jogar futebol, basquete e judô, esportes que exigiam maior esforço, confronto corpo a corpo e movimentos violentos; às mulheres, a suavidade de movimentos e a distância de outros corpos, garantidas pela ginástica rítmica e pelo voleibol. O homem que praticasse esses esportes correria o risco de ser visto pela sociedade como efeminado. O futebol, esporte violento, tornaria o homem viril e, se fosse praticado pela mulher, poderia masculinizá-la, além da possibilidade de lhe provocar lesões, especialmente nos órgãos reprodutores.

No ano de 2021, o Comitê Olímpico Internacional (COI), responsável por reger e fiscalizar o movimento olímpico internacional, promulgou um documento intitulado *Framework on Fairness, Inclusion and no discrimination on the basis of gender identity and sex variations* (Estutura sobre Justiça, Inclusão e não discriminação com base na identidade de gênero e variações de sexo) que reafirma o seu compromisso em promover ações que visem respeitar os direitos humanos, além de promover a inclusão e a igualdade de gênero. O documento explana sobre os parâmetros de elegibilidade de atletas para a categoria feminina e ressalta que o esporte é para todas as pessoas.

O corpo é visto como resultado de uma construção social, emotiva e simbólica a partir do momento em que se lança como protagonista de representações e imaginários, tendo a característica de emissor ou receptor ao produzir sentidos continuamente e inserir o homem, um ser social (DAYRELL, 2003, p. 43) de forma ativa, no interior de um dado espaço social e cultural (LE BRETON, 2010, p. 8). Portanto, faz-se necessário compreender como esses corpos por vezes marginalizados em decorrência de uma perspectiva sexista e objetificante (na qual o corpo da mulher é banalizado), são interpretados e compreendidos socialmente, inclusive por universitários. Razão pela qual se torna passível de comprovação o viés das representações sociais das mulheres nas lutas e tomando para tal, o ambiente universitário. Local esse em que é palco da construção do saber e espaço próspero para reflexões que permeiam a atualidade.

Esse compartilhamento de pensamentos, a possibilidade de expressar-se sobre algo, sobre construir e reconstruir conceitos fazem parte do processo de efetivação de um saber comum a um determinado grupo. Portanto, todas as ideias que construímos e externalizamos por intermédio da comunicação se dá como resultado do que partilhamos, escutamos e vivenciamos socialmente, dentro de um grupo. Assim sendo, evidencia-se o grupo e não o indivíduo isoladamente. Cabe ressaltar a influência que os meios de comunicação, a mídia, desempenham sobre tais representações.

Em acordo com Zimerman e Osório (1997, P. 27): “Um conjunto de pessoas constitui um grupo, um conjunto de grupos constitui uma comunidade e um conjunto interativo das comunidades configura uma sociedade”. Com isso, o compartilhamento de informações e a troca existente entre pessoas caracteriza o pensamento de um grupo; grupo esse com pensamentos e ideias próprias que se relaciona a outros grupos com ideias semelhantes, construído a comunidade; e todos estas comunidades ao se relacionarem constituem a sociedade e consequentemente, o pensamento social.

Porém, há fatores extrínsecos e intrínsecos que atuam diretamente no grupo e que evidencia divergência entre eles, que podem ser: a influência de um determinado objeto para um grupo em detrimento a outro grupo; o que aquele grupo representa e sua importância socialmente; o ambiente ao qual este grupo se insere e outros. Todos esses fatores irão incidir sobre o pensamento social. Por exemplo, segundo Wachelke (2012, p. 2), “é necessário que o indivíduo pertença a algum grupo, categoria ou coletividade para que faça sentido uma articulação entre as esferas individual e coletiva”, porém, pertencer a um grupo não é o bastante,

é necessário se sentir pertencido, ter consciência enquanto membro e participante do coletivo, sentir a pertença grupal.

A fim de compreender acerca desse processo de entendimento do pensamento social e da maneira com que se dão as práticas e pensamentos partilhados sobre um dado objeto, emergiu a teoria das representações sociais. Uma vez que, a todo tempo socialmente, se produz representações sociais (RS) para transformar conteúdos sociais não familiares em algo conhecido e consensuado.

Em consonância com Naiff, Naiff e Souza (2009), o universo educacional tem sido foco de estudos não só na área da Educação como também da Psicologia, com o aumento das pesquisas que se apropriam do referencial e metodologia das Teorias das Representações Sociais, como uma ferramenta em busca deste entendimento.

Nesse contexto, o estudo se respalda na concepção de que o reconhecimento das representações sociais no que compete o campo de estudo é uma possibilidade para gerar uma melhor compreensão acerca do processo de igualdade de gênero (de forma com que ambos tenham as mesmas condições e deveres), a partir de um olhar plural não apenas para os corpos femininos, como também ao que a mulher representa no contexto sócio esportivo.

O presente estudo se justifica com base no baixo índice de pesquisas que se comprometam a direcionar atenção às mulheres no cenário esportivo, em especial que verifiquem a relação das mulheres brasileiras com o esporte e mais especificamente que tratem as representações das mulheres que lutam.

Nesse sentido, se torna importante o desenvolvimento de investigações que utilizem tal temática não apenas para profissionais da área de Educação Física como também para toda uma sociedade, visto que na atualidade questões como a igualdade de gênero abre margem para outras pautas como é o caso da inclusão das mulheres no mundo esportivo (GOELLNER, 2005).

Tal como a teoria feminista, a teoria das representações sociais estampa o mesmo empenho desconstrucionista frente aos problemas humanos. A teoria feminista vai visibilizar facetas desconhecidas até então ao descortinar a situação das mulheres, tanto com relação a problemas já identificados quanto a outros, que estavam por abordar. A teoria das representações sociais vai visibilizar facetas omitidas do conhecimento humano, valorizando o saber do senso comum, o universo consensual das conversações cotidiana e a criatividade das pessoas comuns ao traduzir a realidade. (ARRUDA, 2000, pág. 119)

Importa dizer que tal estudo se apropria do termo “mulheres praticantes de lutas” pelo fato de se trazer uma maior abrangência, tendo em vista que se o mesmo delimitasse uma visão voltada apenas às mulheres atletas por exemplo, muitos dos sujeitos poderiam não se sentir tão próximos do objeto de pesquisa. Uma vez que uma pessoa mais facilmente terá contato com mulheres que pratiquem luta de forma amadora, no seu dia a dia e por objetivos específicos, se não o da competição e alto rendimento. No entanto, ao utilizar tal termo abre-se esse leque.

Moura et al. (2020) expõe a baixa incidência da palavra “mulheres” nas legislações brasileiras esportivas. Eles compactuam com a noção de que as legislações e os decretos são como peças fundamentais no processo de emancipação e igualdade de gênero, pois a ausência de resultados de leis e trâmites burocráticos que estejam voltados às mulheres no esporte, pode implicar diretamente na ausência de orientação esportiva em políticas públicas voltadas a esse público.

E com isso, ao se estabelecer as RS a partir de discentes do Ensino Superior, não só o corpo docente, como também a Instituição de Ensino é capaz de direcionar uma maior atenção ao alunado e às políticas de igualdade de gênero e esportivas, tendo em vista uma possível intervenção com maior propriedade à luz de uma perspectiva inclusiva (isso é, assegurar a participação e o convívio social tendo em vista o respeito ao plural, à diversidade), proporcionado que o próprio corpo discente feminino vivencie uma maior ocupação desses espaços.

Além de propiciar que os graduandos em Educação Física, futuros professores e formadores, possam vir a trabalhar em benefício da superação de estereótipos que tendem a classificar de forma inadequada as mulheres e que se relacionam as questões de gênero propagadas nos espaços sociais, com o objetivo de desmistificar o errôneo binômio mulher/homem nas práticas sociais, como no caso da prática esportiva. Tendo a noção de que o esporte é um propulsor da transformação social.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar dimensões sobre o pensamento social a respeito de mulheres praticantes de lutas sob a ótica de universitários.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as possíveis diferenças entre as RS das mulheres nas lutas por discentes dos cursos de Educação Física;
- Comparar dois grupos, sendo eles: alunos abaixo dos 50% de integralização e acima de 50% de integralização do curso de Educação Física;
- Comparar se há alguma diferença numa provável estrutura nas representações sociais de discentes do sexo feminino e masculino.

3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

No presente capítulo será abordado o referencial teórico do estudo. Inicialmente, discorre-se pelos aspectos intrínsecos à Psicologia Social e características da teoria das Representações Sociais. Para tanto, esse capítulo subdivide-se em tópicos, a dispor: “Psicologia Social e a Representação Social”; “Representações Sociais: O fenômeno”; “Representações Sociais: Gênese”; “Teoria da Representação Social”; “O Processo”. “As abordagens na Teoria das Representações sociais”.

3.1 PSICOLOGIA SOCIAL E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A Psicologia comumente é associada à uma ciência voltada ao comportamento humano, já a Psicologia Social é reconhecida como a vertente dessa ciência que lida com os desdobramentos das relações humanas (GERGEN, 2008, SPINK, 1993).

Desse modo, a Psicologia Social é um dos campos da Psicologia relativamente recente e que vem conquistando cada vez mais adeptos que não necessariamente estão inclinados à área da Psicologia, o que inclusive designa a ela um caráter multidisciplinar. Segundo Jodelet (2016, p. 1261):

[...] De acordo com a perspectiva adotada, individual ou coletiva, as características da atividade mental serão diferentes. Nos ramos da psicologia (desenvolvimental, cognitiva ou clínica), a atividade mental é estudada no nível dos processos intraindividuais e das estruturas de saber correspondentes. No caso das ciências sociais, os processos são reportados a elaborações compartilhadas, ligadas à interação e à comunicação social e/ou fundadas em bases materiais e relações sociais. A psicologia social estabelece uma ponte entre essas duas grandes tendências. Por essas diferentes concepções, evidencia-se que a noção de representação tem um caráter transversal que oferece recursos para pôr em prática a transdisciplinaridade.

Com isso, denota-se uma complexidade nesse campo de estudo, visto que desde suas origens, a mesma é pensada de formas distintas, o que é evidenciado por sua pluralidade e multiplicidade no que se refere às suas abordagens teóricas que são consideradas legítimas à produção de conhecimento no que cerne os aspectos sociopsicológicos (MANDELBAUM, 2012, FERREIRA, 2010, PRETTE, 1991).

A psicologia social se põe como uma prática que conversa com mini teorias, como que se colocam como instrumentos para o desenvolvimento de previsão e descrição do comportamento social. Com relação a essas teorias, alguns de seus exemplos são: teoria das

minorias, das representações sociais, das tomadas de decisões, das atitudes, da formação de impressões, da auto categorização, relações intergrupais entre outras (SCHULZE, CAMARGO, 2000).

Na psicologia social, como evidencia Ferreira (2010) é constante a presença do “binômio indivíduo-sociedade, isto é, o estudo das relações que os indivíduos mantêm entre si e com a sua sociedade ou cultura, sempre esteve no centro das preocupações dos psicólogos sociais, com o péndulo oscilando ora para um lado, ora para o outro.”

Atualmente, há bastante consenso de que a Psicologia Social como disciplina científica possui uma especificidade, não pelo seu objeto de estudo, mas antes de tudo por suas abordagens teóricas que articulam aspectos estruturais e aspectos subjetivos e integram explicações psicológicas e sociológicas. Como tal, a Psicologia Social apresenta-se como um campo de interseção entre a Psicologia e a sociologia, no qual encontramos teorias procedentes tanto da Psicologia como da sociologia. Esta especificidade da Psicologia Social causa uma tensão interna à disciplina, entre o que se convencionou chamar Psicologia Social psicológica e Psicologia Social sociológica. (STRALEN, 2005, p. 94)

Com isso, devido a esse enfoque direcionado seja para indivíduo ou seja para a sociedade, emergem duas vertentes dentro dela que são mais difundidas, sendo: Psicologia Social Psicológica e a Psicologia Social Sociológica.

A Psicologia Social Psicológica, visa a explicação de sentimentos, comportamentos e pensamentos seja no mundo físico ou imaginário de outros indivíduos (ALLPORT, 1954). Já a Psicologia Social Sociológica (STEPHAN; STEPHAN, 1985), se volta às experiências sociais que o indivíduo obtém por intermédio da sua participação, do que foi vivenciado a partir desses grupos a qual ele se insere.

Nesse contexto, se na primeira vertente os psicólogos priorizam os processos intraindividuais como sendo o gatilho para a maneira pela qual os sujeitos respondem aos estímulos no âmbito social; na segunda, eles evidenciam os fenômenos que são construídos a partir de grupos distintos (FERREIRA, 2010).

Não obstante, além dessa divisão tradicional da Psicologia Social (social e psicológica), emergiu mais recentemente como exemplos, as chamadas Psicologia Social Crítica, Histórico-Crítica (FERREIRA, 2010) e Psicologia Social Histórico-Humana – pautada nos pensamentos

de Sílvia Lane (SAWAIA, 2007), que acabam por trazer uma perspectiva mais voltada à América Latina.

3.1.1 REPRESENTAÇÕES: O FENÔMENO

Na contemporaneidade, os sujeitos se encontram dispostos às redes interacionais. “Se alguns anos atrás uma notícia precisava quatro meses para chegar na Europa à América do Sul, hoje não demora mais que segundos” (BORDENAVE, 1983, p. 30).

De acordo com Bordenave (1983), foi a partir da década de 1970 que se passou a conceder uma maior importância ao fato do homem ser ao mesmo tempo o criador e o produto de sua sociedade e cultura. Levou-se em consideração que ele não só está rodeado pelo meio físico, mas além disso, majoritariamente pelo ambiente social. Ambiente esse que se compõe por outros indivíduos com quem ele mantém relações de interdependência.

A então sociedade da informação (WERTHEIN, 2010) é entendida por Castells (1999) como uma sociedade organizada em rede e com isso, na vida social acaba por se estabelecer um paralelo entre o virtual e o físico, a passo que emergem as novas tecnologias. Com isso, juntamente com o estreitamento dessas relações, evoluíram também a linguagem e concomitantemente, desenvolveram-se os então chamados meios de comunicação. O domínio dos aparatos eletrônicos pelo homem assegurou de maneira definitiva o alcance da comunicação, o que atribuiu ao mundo uma noção de aldeia global.

E devido a esse fluxo informacional e comunicacional presente na contemporaneidade, os indivíduos são constantemente exigidos durante suas interações sociais diárias a darem suas opiniões, tomarem decisões e inferirem sobre um dado comportamento. E isso se dá por uma incessante busca de explicar e entender o seu ambiente, a fim de torná-lo o mais controlável e previsível (RATEAU et al., 2012).

Visto que, nessa transição para o século XXI, há a metáfora de uma sociedade pautada na liquidez, em que as relações e as interações se tornam efêmeras e superficiais, como defendida por Bauman (2007). E isso é acentuado mediante o surgimento das redes sociais, que acabam por representar um espaço nas quais os indivíduos podem destilar suas opiniões, requerer direitos ou até mesmo denunciar atitudes, como também ter uma maior acessibilidade a informações de temáticas distintas (BAUMAN, 2011).

Em consonância com Jodelet (2001, p. 17): “Sempre há a necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos as representações.” Nesse cenário, ainda em concordância com Jodelet (2016, p. 1261):

A representação estabelece, portanto, um vínculo entre um sujeito, individual ou social, e um objeto que ela substitui; daí seu caráter simbólico. Como atividade, ela pode remeter, conforme as disciplinas, seja a processos cognitivos individuais ou socialmente informados, seja a elaborações produzidas conjuntamente dentro de uma determinada formação social, grupo social ou coletivo científico.

As representações sociais são encaradas como um conhecimento em específico, o saber do senso comum (Naiff; Monteiro & Naiff, 2009). Nesse viés, o fenômeno representativo se constitui a partir de um emaranhado de concepções, em uma perspectiva gerada a partir de uma ênfase coletiva, na tentativa de compreender as práticas e pensamentos compartilhados. Assim, as representações auxiliam nessa explicação e entendimento do cotidiano, e, elas se constituem por intermédio dessas trocas sociais.

3.1.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: GÊNESE

A partir de um resgate da visão do sociólogo Émile Durkheim, com relação ao processo de construção e compartilhamento do conhecimento cotidiano, surgiram as chamadas representações coletivas. Durkheim entendia que a sociedade tinha uma maneira particular de compreender o mundo ao seu redor e que esses entendimentos eram construídos por macroestruturas societárias (a religião, a família, a economia, entre outros).

Já o termo representações sociais (RS) foi inicialmente cunhado pelo romeno naturalizado francês Serge Moscovici, em sua tese de doutorado sobre a apropriação do conhecimento científico da psicanálise pela população parisiense, intitulada de *La psychanalyse, son image et son public*, no ano de 1961. Moscovici (1976) propõe que tal conceito seria uma espécie de elo entre aspectos de ordem sociológicas e psicológicas. Porém, o conceito das RS foi alvo de diversas críticas, devido ao fato do próprio Moscovici compreender que essa imprecisão na definição tenha sido positiva e necessária (VALA, CASTRO, 2013).

Com o decorrer do tempo surgiram uma gama de estudiosos que se dedicaram ao tema, como Denise Jodelet (1984; 2001), Jean-Claude Abric (1976) e outros, que se inclinaram ao

aprofundamento desse campo de investigação, que é dotado de metodologias e instrumentos conceituais próprios (JODELET, 2001). A diferenciação entre as representações coletivas e sociais promoveu uma visão de “dicotomia que opunha o individual e o coletivo, a pessoa à sociedade, o estável e o instável” (MOSCOVICI, 1978, p. 218).

Já no Brasil, supõe-se que a via de chegada das representações sociais teoricamente tenha sido como em outros países da América-Latina, isto é, por intermédio de profissionais que saíram do seu país de origem com o intuito de aperfeiçoar-se profissionalmente ou na tentativa de encontrar respostas para possíveis indagações na Europa. A citação que segue de Sá & Arruda (2000, p. 14), remonta a esse processo de vinda da Teoria das Representações Sociais (TRS) ao Brasil:

Na verdade, é em parte graças à Venezuela que o Brasil recebe Denise JODELET em 1982. Por que? Para entendê-lo é preciso lembrar que os cursos de MOSCOVICI e JODELET na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (MESS) exerciam uma certa atração sobre os latino-americanos que estudavam psicologia e ciências humanas em Paris, nos anos 70, devido a discussão e à teorização que proporcionavam. Lá se debatia a resistência à repressão, fato então presente em muitos de nossos países; analisavam-se as massas em movimento, as minorias ativas, o meio ambiente, o corpo, a doença mental e, também, a relação entre estes fenômenos e a difusão de ideias, sempre dentro de uma perspectiva psicosocial. A efervescência daqueles anos (nos quais eclodiam sob nossos olhos os movimentos feminista e ecologista), os debates teórico-metodológicos, a vida em Paris teceram laços de afinidade e afeto entre os participantes dos seminários e deles com seus professores. A TRS despontava como uma resposta possível para problemas que nos angustiavam, presentes nas vidas dos conterrâneos e na prática profissional, em nossos países de origem. Foi assim que Maria Auxiliadora Banchs, uma das primeiras doutoras latino-americanas a formar-se sob a orientação de Serge Moscovici, em 1979 defende sua tese e retorna à Venezuela. Poucos anos mais tarde ela convida Denise Jodelet, facilitando desta forma sua visita ao Brasil: em 1982.

Para um maior entendimento acerca das RS, se torna válido uma maior compreensão acerca dos saberes que gerem e se dispõem no cenário/mundo social. Desta forma, têm-se o universo consensual e o universo reificado. Assim sendo, no universo consensual, habita os saberes que foram construídos no âmbito do senso comum, isto é, no dia a dia social, durante o processo de trocas entre indivíduos, desse modo, o acesso a ele se torna mais facilitado, uma vez que qualquer indivíduo pode inferir sobre. Já no caso do universo reificado, surgem os saberes compartilhados no âmbito acadêmico, que para se consolidarem, seguiram normas e princípios acadêmicos. O compartilhamento deste se dá por intermédio de livros, seminários, artigos presentes em revistas científicas, dentre outros (MOSCOVICI, 2003).

Em um panorama geral, as RS são fenômenos com um dado grau de complexidade capazes de descrever e classificar tudo o que ao mundo pertence, desde objetos a indivíduos. Isto é, da maneira com que os indivíduos são entendidos e encarados em um determinado espaço tempo. Assim, se faz importante um olhar direcionado sobre forma com que os indivíduos enxergam o mundo e seus pares.

3.2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais surge então a partir dos escritos de doutoramento de Serge Moscovici no ano de 1961, como citado anteriormente e pressupõe que as RS venham a “corporificar as principais tendências da psicologia social europeia, em todos os aspectos pelos quais esta se distingue da psicologia social americana” (SÁ, 2002).

No entanto, ainda que Moscovici seja considerado um patrono para a teoria, o próprio se absteve no início a uma tentativa de conceituá-la, visto que ele tinha o receio de tratar de maneira reducionista o que ali vinha se constituindo, como ele cita “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não o é.” (MOSCOVICI, 1978, p. 39)

Já Jodelet que atuava diretamente com Moscovici, acabou por dar continuidade a esse processo de tentativa de teorização. Jodelet (1994, p. 36) afirma que: “(...) é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social.”

Porém, ela não foi a única, Abric (1944, p. 188) diz que “(...) é produto e processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real ao qual ele é confrontado e lhe atribui uma significação específica.” Outros estudiosos também visaram essa teorização, no entanto, observa-se um caráter de heterogeneidade na fala dos mesmos. O que acaba por tornar tão ampla e ao mesmo tempo particular a adoção de uma teorização das representações sociais.

3.2.1 Classificações/Tipos:

Vala (2004) apresenta três tipologias para classificação para as representações sociais, sendo elas:

- Representações Sociais Hegemônicas ou Coletivas – se equiparam ao conceito de representações coletivas de Durkheim, elas são partilhadas por grupos que se

encontram com uma maior estrutura organizacional (como uma igreja, nação, ou partido), elas são consideradas indiscutíveis;

- Representações Sociais Emancipadas – elas são caracterizadas pela cooperação entre os grupos, isso é, essa ação se dá por intermédio da troca de diferentes significados sobre um mesmo objeto. Dessa forma, cada grupo é capaz de criar representações sobre um dado objeto e a partir desse ponto, compartilha com outros.
- Representações Sociais Polêmicas – surgem em meio aos conflitos sociais, isso é, elas não são compartilhadas pela sociedade como uma máxima. Não há troca como no caso das representações sociais emancipadas, desse modo, a representação é gerada por meio de ideias exclusivas sobre um determinado objeto.

3.2.2 O Processo e as Funções

O emergir de uma representação social envolve de forma sintética, a existência de ao menos três fatores que se relacionam a maneira pela qual um grupo irá se portar perante um objeto considerado relevante para ele e são esses fatores chamados:

- Dispersão da informação – alude ao fato da alta exposição de informações dispersas no quecerne o âmbito social, o que põe em xeque quais informações são de fato necessárias ou não para a compreensão de um dado objeto;
- Focalização – trata-se do posicionamento de um grupo social perante um objeto representativo de acordo com os seus interesses;
- Pressão à inferência – é o momento no qual o indivíduo “busca constantemente o consenso com o seu grupo” e consequentemente, se refere também ao o que a ação tomada o obriga a tomar, assim sendo, “essas múltiplas pressões tendem a influenciar a natureza dos julgamentos, preparando respostas pré-fabricadas e forçando um consenso de opinião para garantir a comunicação e assegurar a validade da representação.” (SANTOS, 1994, p. 137)

Em uma perspectiva mais voltada ao processo que envolve a identificação e produção de um fenômeno, como cita Sá (1995, p. 38): “o processo é responsável pelo enraizamento social da representação e de seu objeto.” Segundo Moscovici, a construção dessas representações sociais envolve diretamente dois processos norteadores, que seria: o processo de ancoragem e de objetificação.

O processo de objetivação se refere a dar um sentido quase tangível a um determinado objeto, tornando-o concreto, o realocando de um local mais subjetivo/voltado aos pensamentos para um local mais objetivo. De acordo com Crusoé (2004, p. 107):

No caso do estudo de Moscovici, o conceito utilizado foi o de psicanálise através do qual ele buscava conhecer como um determinado grupo a representava. Através desse estudo, ele percebeu que, “ao objetivar o conteúdo científico da Psicanálise, a sociedade já não se situa com vistas à Psicanálise ou aos psicanalistas, mas em relação a uma série de fenômenos que ela toma a liberdade de tratar como muito bem entende.” (*apud MOSCOVICI, 1978, p. 112*).

Já o processo de ancoragem diz respeito “a integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente” (ALVES-MAZZOTI, 2000, p. 60), com isso, significa dizer que é por intermédio desse processo de ancoragem que denota uma maior familiaridade nessa relação sujeito-objeto.

Em conformidade com essa noção de que o objeto de estudo é e faz parte de um processo, Abric (1994) corrobora que as representações sociais tem quatro funções principais, sendo elas:

- Função do saber – que permite que os sujeitos não só compreendam como expliquem uma dada realidade;
- Função identitária – ela não somente define a identidade do grupo como também garante a sua especificidade;
- Função de orientação – ela guia os as práticas e comportamentos, isso é, as ações com relação a um objeto;
- Função justificadora – designa justificativas para a toma de ação desses grupos perante um determinado objeto.

3.2.3 As abordagens complementares na teoria das representações sociais

A fim de nortear o estudo das Representações Sociais, foram elaboradas ao longo do tempo distintas abordagens, sendo três as principais:

- Abordagem Processual – liderada por Denise Jodelet, procura estudar processos relacionados à gênese das representações sociais e suas dinâmicas, como os processos de objetivação e ancoragem. Ela se apropria de instrumentos de coletas de dados como no caso de entrevistas e questionários adotados por uma postura não diretiva. Já como conceitua Ferreira e Brum (2000, p. 11) “as entrevistas devem lançar o tema sem dirigi-

lo. Quanto ao número de entrevista ou questionários, recomenda-se no mínimo 30, pois estudos na França verificaram que a partir desse número as entrevistas começam a saturar (CAMARGO, 1998);

- Abordagem Societal – capitaneada pelos estudos originários de Willem Doise, procura estudar as representações sociais como macrosistemas sociais e propõe a inserção de seus estudos a união entre níveis de análise em psicologia social propostos por Doise, com especial ênfase nos processos intergrupais, que avaliam as posições/papeis assumidos pelos indivíduos nas relações sociais e analisam a maneira com que esses papéis possam a vir inferir sobre os dois níveis citados anteriormente, e os processos societais, que direcionam-se às normas sociais, crenças e representações, a partir das noções de que produções ideológicas e culturais, bem como características particulares de um grupo são capazes de intervir e influenciar o comportamento de indivíduos e com isso cria-se as diferenciações sociais, oriundo de princípios gerais (ALMEIDA, 2009);
- Abordagem Estrutural – liderada por Jean-Claude Abric, no qual buscando uma provável estrutura de uma representação social formada por um núcleo central e por sistemas periféricos, não concebe a representação como um emaranhado de eventos e processos que são estritamente de ordem cognitiva, nem mesmo se dedica as tentativas de se estabelecer relações que priorizem o aspecto afetivo sobre o cognitivo ou vice-versa (CAMPOS; ROUQUETTE, 2003).

O presente estudo se dedica mais especificamente a um diálogo mais aproximado com características relacionadas à abordagem estrutural (ABRIC, 1976). Desta forma, discorreremos sobre ela a seguir.

3.3 A ABORDAGEM ESTRUTURAL

Essa teoria se originou no sul da França na década de 1970, com grande evolução no final dos anos 1980 e começo dos anos 1990 e é muito utilizada na produção em representações sociais brasileira na contemporaneidade (WOLTER; WACHELKE & NAIFF, 2016).

A principal teoria da abordagem estrutural é a do núcleo central (SÁ, 2002), originada na tese de Jean-Claude Abric (1976) e que apresenta as representações sociais como uma estrutura composta por múltiplos elementos que se organizam em dois sistemas: sistema central

e o sistema periférico (WACHELKE & WOLTER, 2011). O sistema central seria então composto pelo núcleo central, que de acordo com Abric (1994a), o núcleo central seria um subconjunto da representação, ou seja, composto por um ou uma variedade de elementos capazes de interferir na estrutura das representações ou lhes dando significados totalmente diferentes aos que lhes são atribuídos, este núcleo está interligado à memória social produzida por um grupo acerca de um objeto. Já o sistema periférico adota uma maior flexibilidade como característica e tende a se moldar em decorrência do cenário ao qual se evidencia, assim sendo, ela se adapta à realidade,

Importa dizer que, a composição global das representações sociais e a influência dos elementos periféricos foram negligenciados no decorrer do tempo (SÁ, 1996). Portanto, para Abric (1994b), a representação social enquanto uma entidade unitária, é composta por um sistema duplo e interno, na qual cada parte tem sua função específica dentro dessa sistemática, porém, uma parte se põe de maneira complementar a outra.

E não obstante, Abric (1994) conceitua que a pesquisa deve ser direcionada por três etapas que irão influir diretamente no processo de coleta de dados e definição do objeto a partir da teoria do núcleo central, sendo eles: identificação do conteúdo da representação, o estudo voltado aos elementos e a importância que se dá e o aspecto de hierarquização e por fim, a determinação do núcleo central.

Em consonância com Sá (2002, p.70), o núcleo central é composto por elementos que acabam por desempenhar três funções fundamentais e distintas, sendo elas:

- Função Geradora – ela credita ao objeto um significado;
- Função Organizadora – ela tende a organizar os outros elementos que estejam ligados a uma representação de acordo com sua importância;
- Função Estabilizadora – aqui é o elemento mais estável encontrado na representação, é o que mantém a harmonia do objeto. Em contrapartida, os elementos periféricos diferentemente dos centrais, tendem a tomarem uma postura mutável, mais volátil.

Abric (2000) ainda evidencia que o núcleo central das representações sociais tem uma característica primordial, que é a de atribuir estabilidade à representação, pois é ele quem irá se contrapor as mudanças. Nesse sentido, é necessário que se conheça a representação estruturalmente e não apenas o seu conteúdo. De acordo com o estudo de Campos e Rouquette

(2000) a partir do que foi compartilhado por outros pesquisadores, a abordagem estrutural posiciona as representações sociais como um tipo de organização, uma estrutura atravessada por outras esferas. Com isso, eles sinalizam que a esfera emocional por exemplo, por intermédio de experiências intensas emocionalmente pode vir a influir nas representações sociais geradas pelo grupo.

Do mesmo modo que há a existência de um sistema central, há também a do sistema periférico. Em torno do núcleo central, estão alocados os elementos periféricos, nos quais Abric (2000) relaciona três funções primordiais, sendo elas:

- Função de concretização: os elementos periféricos geram dependência com o contexto ao qual está inserido e são resultados da ancoragem da representação gerada na realidade;
- Função de regulação: elementos periféricos assumem a função de adaptar as representações às mudanças externas de acordo com as informações novas que são criadas;
- Função de defesa: os elementos periféricos criam uma segurança às mudanças, dessa forma, o núcleo central não se torna moldável. Dessa forma, quem passa por mudanças são os elementos periféricos.

Desse modo, o sistema periférico lida de maneira mais eficiente com as contradições que não são aceitas no núcleo central (SÁ, 2002). Com isso, esse sistema exerce papel de concretização, a medida que se molda de acordo com as exigências presentes na realidade. Se regula, a partir do momento em que se flexibiliza para se adequar ao contexto ao qual está inserida. E defesa, ao proteger os elementos presentes no núcleo central, a fim de que esse núcleo central não sofra alterações sempre que o meio externo também se altera. Teóricos como Flament (1994) explana que esse sistema periférico assume a possibilidade de aderências de diferenças personalizadas a cada representação gerada, isso permite com que cada sujeito possa vir a ter uma ótica particular com um dado objeto de estudo das RS, desde que o núcleo central estabeleça uma relação fluída com o mesmo.

Um outro conceito importante é o que se refere à existência de uma provável zona muda nas representações sociais (Abric, 2005) referindo-se a um conteúdo “não dito”, ou seja, a um subconjunto seja de cognições ou crenças que ainda que existam, não são expressos pelos

sujeitos em condições ditas como favoráveis (GUIMELLI & DESCHAMPS, 2000) e, caso fossem expressas poderiam pôr em xeque os valores e normas presentes no grupo.

Em suma, cabe ressaltar que as Representações Sociais denotam uma complexidade. Visto que, não devem ser encaradas apenas por um viés teórico, uma vez que elas são não somente teoria, como também fenômeno, como pode ser observado no que foi discorrido ao longo deste estudo.

CAPÍTULO IV

4. LUTAS E MULHERES: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

4.1- O SER MULHER

O ser mulher é uma questão que atravessa diversas barreiras e vai de encontro com inúmeras pautas. Antes de partir para o viés esportivo, é preciso compreender o que a condição de ser mulher implica socialmente e quais são os reflexos disso na contemporaneidade.

Mesmo em pleno século XXI, com uma pluralidade de adventos tecnológicos e científicos, ascensão da internet, de aparatos tecnológicos (como *tablets*, *smartphones*), de sistemas de comunicação cada vez mais automatizados e em que por lógica espera-se que a sociedade esteja mais pensante, que tenha rompido com visões paradigmáticas e tradicionais sobre assuntos que permeiam o hemisfério das relações humanas, ainda assim observa-se que isso não garante que a mulher vivencie o dia-a-dia de forma equivalente ao homem, visto que o sistema que rege a sociedade explícita um sexismo enraizado, na qual ainda se é difundida a noção do homem enquanto provedor do lar e da mulher enquanto dona de casa e uma boa esposa (MACHADO, 2015).

Nesse sentido, esse sexismo reforça aspectos como: o binarismo homem-mulher e a cultura do machismo (MACHADO, 2015), que não só ditam e impelem que a mulher vá em busca de seus direitos e da igualdade sexual, de acesso e permanência ao mercado de trabalho e no livre arbítrio, nas práticas do dia-a-dia. Em 2021, foi realizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada em julho de 2022 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que aponta o número de 51,1% da população sendo do sexo feminino no ano de 2021. O que caracteriza 4,8 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. Porém, se nos resultados dos estudos populacionais as mulheres são a maioria, isso não é algo que se reflete no campo do mercado de trabalho, da política, da economia, religião e entre outros setores. Portanto, é importante compreender acerca de algumas terminologias que estão intrinsecamente interligadas com a mulher. Sendo elas: patriarcado e machismo estrutural.

Desta forma, segundo Scott (1990) o **patriarcado** é uma estrutura difundida socialmente em que as relações são regidas por intermédio de dois caminhos, sendo eles: as mulheres são subordinadas aos homens e, os homens mais jovens por sua vez são subordinados

aos homens mais velhos, aos patriarcas. O que suscita um poderio voltado ao homem em sua totalidade, como aquele capaz de ditar e imputar normas e regras em um contexto de domínio social.

Seus reflexos são notados por todo o mundo e isso não se faz diferente no Brasil, em que há cada vez mais o aumento de casos de violência psicológica e física contra os outros gêneros, na desigualdade e disparidade presentes entre homens e mulheres em diversos setores da vida cotidiana. Dessa maneira, pode-se observar que essas e outras manifestações são disseminadas a partir do machismo, que é um problema estrutural e resultante de uma sociedade patriarcal que ainda opera nos tempos atuais.

O **machismo** seria o privilégio do homem em detrimento da mulher, o posicionando superiormente a ela. Desse modo, alguns gatilhos são ativados perante algumas condutas, como é o caso da objetificação do corpo feminino, que além de hipersexualizar os corpos dessas mulheres, se faz capaz de impor padrões a serem seguidos. O que perpetua socialmente ideias difundidas por essa lógica cultural machista e abre margem para o surgimento daquilo que seria o oposto, o não esperado.

No ponto de vista histórico (STEARNS, 2010) à mulher foi associado o papel maternal, de cuidadora do lar e da família, a mulher não condizia com as obrigações e a vida pública, a ela lhe cabia apenas o lar. E a mulher brasileira, apenas no século XX, passa a assumir novos rumos, com a inserção nos esportes (que antes fora banida), o direito ao voto (LIMONGI; OLIVEIRA, SCHMITT, 2020, ARAÚJO, 2003), entre outras conquistas.

De acordo com Oshita e Lessa (2006), a representação da mulher submissa e frágil serviu como maneira de dominação do patriarcado que como contrapartida da fragilidade elaborou a representação da mulher virilizada e máscula, que por vezes é tida como lésbica. Essas visões são repetidas e propagadas inclusive no meio esportivo, em que tudo o que foge à essa “natureza feminina”, provoca estranhamento e olhares deturpados, causando uma falsa ideia de esportes considerados como não adequados às mulheres, como Grespan *et al.* (2015, p. 368-369) expõem a seguir:

Assim, a presença das mulheres em um campo representado como privilegiado para a construção de uma masculinidade normalizada, como as lutas, pode produzir novas identidades de gênero, na medida em que tornam visíveis corpos reestruturados e ressignificados a partir daquilo que hegemonicamente se identifica como feminino. Muitas vezes, esses corpos colocam em cena a possibilidade da transitoriedade, dissolvendo o

essencialismo dicotomizado, de modo a revelar múltiplas possibilidades de construção de feminilidades.

Com isso e para além disso, há também um outro braço do machismo estrutural, que é o de objetificar e hipersexualizar as mulheres, o que não é uma realidade distante no mundo esportivo. Vende-se mais mulheres seminuas, com uniformes curtos ou colados no corpo. A mulher é quase que em sua totalidade registrada por meio da lente de uma câmera de uma maneira mais sensual, durante um movimento esportivo e desapercebido. A mulher é objetificada e exposta.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2018), os efeitos da hipersexualização que promove e alimenta essa engrenagem midiática de insumos de objetificação do corpo da mulher, pode ser percebido em diversas etapas da vida das mulheres, ao se notar por exemplo que muitas meninas crescem sem ter nenhuma reflexão crítica acerca desses padrões expostos pela mídia, o que dificulta uma manobra a essa condição, que na realidade não foi em momento algum negociada ou decidida por elas, afinal, advém do gênero e do mercado masculino.

Nesse cenário, importa dizer que os estudos acerca das representações sociais dessas mulheres, em especial das que praticam lutas se faz importante a fim de compreender como se dão essas relações e até em qual ponto esse machismo estrutural influencia sobre esse objeto de representações.

4.2 AS MULHERES NOS ESPORTES: HISTÓRICO

A luta das mulheres por visibilidade no meio esportivo não é de hoje, por muitas vezes elas foram silenciadas ao longo desse processo.

Como consta em alguns documentos, as mulheres foram impedidas oficialmente de participarem dos esportes, como elucida o decreto-lei 3.199/41, no artigo 54: "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza" (BRASIL, 1941). Não obstante, em 1965 o Conselho Nacional de Desportos estabeleceu regras para a participação do público feminino nos esportes, como vide na deliberação de número 7: "Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e baseball" (BRASIL, 1965).

Esses impeditivos perante a lei concatenaram com uma realidade, aquela na qual a mulher era posta num papel que socialmente não lhe cabia.

A história das mulheres atletas é marcada por inúmeros casos de carreiras interrompidas pelo uso da força do poder de canetas empunhadas por homens que assinavam normas impeditivas. Durante décadas mulheres atletas sofreram a violência e o abuso de testes de feminilidade que iam de fotografias genitais a exames de palpação ginecológica, além da obrigação de permanecerem nuas frente a um comitê médico que buscava evidências que contradissem a condição de mulher. (RUBIO, p. 13, 2021)

A violência é um fenômeno sociocultural e que perpassa a história do mundo, viola os direitos e maximiza os processos de desigualdade sociais (CÔRREA *et al.*, 2021). Alguns autores (FÁLCON, 2008, SAFFIOTTI, 2004, PLAZAOLA-CASTAÑO, PÉREZ, 2004) a definem como a quebra da integridade do indivíduo, sendo ela de ordem física, moral, sexual, psíquica e pode inclusive, ser velada e normatizada a depender da cultura a qual esteja inserida.

Essa inserção das mulheres no mundo esportivo data de meados do século XIX, visto que anteriormente não foi possível devido à estrutura conservadora que aliada ao patriarcalismo (sistema na qual o homem é o centro do poder) elucidava o que era o papel do homem e o da mulher. Nesse contexto, à mulher cabia o papel da maternidade, em que ser mãe de família, cuidar do marido, da preservação dos costumes, da educação e da casa fazia parte de uma verdadeira incumbência social.

Porém, é somente nas primeiras décadas do século XX que essa participação passa a tomar novos rumos, ao ocupar mais espaços e adquirir uma maior visibilidade. A prática de atividade física passa a ser direcionada às mulheres da elite, sem que houvesse um movimento feminino em conjunto pela reivindicação dos mesmos, esses movimentos se deram de forma individualizada, o que acabou por caracterizar uma infiltração lenta, sem que houvesse lutas por espaços (MOURÃO, 2000).

A prática esportiva voltada às mulheres emerge como uma possibilidade de avanço da modernidade. Compreender acerca das nuances e intercorrências nesse processo se faz importante para direcionar um olhar à contemporaneidade e às possibilidades no que diz respeito a ocupação desses espaços.

4.3 “DO HOMEM”, “DA MULHER”: DISCURSOS INTERSECCIONAIS DE GÊNERO NO ESPORTE

As mulheres no esporte têm se tornado uma crescente nos últimos tempos e isso se dá a maior visibilidade e espaço que tem sido ocupado, reflexo do processo histórico, como discutido no tópico anterior.

No entanto, ainda assim denota-se que nem sempre foram – e em alguns casos ainda não são – iguais as questões de participação e acesso das mesmas no cenário esportivo, se comparadas aos homens. E isso ocorre seja no âmbito do esporte de rendimento, na educação física escolar, nos valores conferidos aos prêmios de vencedores e vencedoras, no momento de lazer e na visibilidade direcionada aos meios midiáticos (GOELLNER, 2005).

Moura *et al.* (2020) cita cinco leis entre outros documentos como sendo os principais para a legislação desportiva brasileira, sendo eles:

- Decreto-Lei 3.199/41 – que impede as mulheres de participarem de esportes tidos como inadequados à sua natureza;
- Lei 6.251/75 – foram 52 artigos com normas gerais sobre esportes em distintas esferas (militar, estudantil, comunitários, entre outros), porém nenhum deles abordava a prática esportiva para mulheres;
- Lei 8.672/93 (Lei Zico) – marcou o fim do poderio do estado sobre o esporte e discutia a relação entre atletas e clubes, eram composta por 71 artigos que foram distribuídos em 11 capítulos e em momento algum ocorreu a menção das mulheres no mesmo;
- Lei 9.615/98 (Lei Pelé) – foi instituída inicialmente com intuito de substituir a lei anterior, portanto, ela passou a ser constituída por 96 artigos subdivididos em 11 capítulos, com acréscimo de política antidoping das competições, foco no esporte de alto rendimento e desenvolvimento de um Conselho de Desenvolvimento de Esportes e Sistema Nacional de Esportes, porém, mais uma vez, as mulheres não foram mencionadas inicialmente, o que foi ocorrer apenas em 2016, em um artigo que falava sobre a necessidade de se ter uma paridade entre indivíduos do sexo feminino e masculino para a composição dos membros da agência antidoping;

- Lei 9.981/2000 (Lei Maguito Vilela) – propunha o reconhecimento de organizações e clubes esportivos como empresas entre outros, no entanto, mais uma vez não se obteve uma citação das mulheres no cenário esportivo.

Em consonância, o estudo de Mendonça, Bittencourt e Trevisan (2017) defende que a participação feminina aumentará a partir de ações que promovam a maior inserção e estímulo dessas mulheres à área esportiva. Em consenso com Moura *et al.* (2020), a criação de mais leis voltadas a esse viés pode ser uma possibilidade interessante para tal crescimento.

Um outro aspecto a se observar é o do piso salarial inferior e a falta de investimento em patrocínios. Esses são apenas alguns dos fatores que implicam nessa disparidade entre as mulheres e os homens no mundo esportivo. Recentemente, a *Forbes Magazine* publicou no dia 12 de maio de 2021, uma lista com os dez atletas mais bem pagos de 2021 e nessa lista consta nomes como: Conor McGregor, Lionel Messi, Cristiano Ronaldo, Lebron James, Neymar e outros. E, mais uma vez não é visto nenhum nome de alguma atleta na lista. O que reafirma o fato das mulheres mesmo que em um viés internacional, não terem a mesma visibilidade e oportunidades que os homens.

No contexto brasileiro não é diferente. São constantes algumas falas no que se refere o mundo esportivo e que permeiam o senso comum, como por exemplo a afirmativa de que “o Brasil é o país do futebol” (MARTINS; SILVA, VASQUEZ, 2021). Essa fala possivelmente se justifica pelo respeito e admiração gerados ao longo do tempo no processo de construção do futebol brasileiro, inclusive por outros países, o que acabou por tornar esse esporte um fenômeno nacional, sendo o mais praticado no país.

Uma outra sentença ainda muito difundida é a de que “futebol é coisa para macho” (FRANZINI, 2005), o que desconsidera a possibilidade da prática esportiva ser voltada para outros corpos e sujeitos, ao afirmar o esporte como sendo majoritariamente direcionado ao sexo masculino. O que acaba por inviabilizar (ainda que com menos força na contemporaneidade) uma maior inserção das mulheres nesse contexto. Um esporte de magnitude nacional, mas que na prática não é para todos.

Porém, alcando novos caminhos tem-se a seleção feminina dos Estados Unidos que no ano de 2022 conquistou, após seis anos de disputa judicial, o chamado *Equal Pay*, que representa a igualdade com a seleção masculina no que se refere os pagamentos de premiações e conquistas.

Esses discursos têm algo em comum, eles estão arraigados pela segregação e desigualdade de gênero. De acordo com o dicionário Michaellis, gênero é um “conceito de ordem geral que abrange todas as características ou propriedades comuns que especificam determinado grupo ou classe de seres ou de objetos.”

Em contraponto, Butler (1990) elabora a teoria da “performatividade de gênero”. Quando a autora conceitua que o gênero é performativo, significa dizer que o gênero está a produzir uma sucessão de efeitos e ele é construído no discurso, portanto, nascer mulher ou nascer homem não determina um comportamento. De maneira oposta, as pessoas tendem a aprender como se comportar de formas específicas para que se encaixem na sociedade. Com isso, o gênero aqui não é entendido como algo que o indivíduo é, mas sim como algo que se faz.

Desse modo, devido a esse discurso de gênero, por muito tempo, a prática de atividade física foi delimitada, segmentada, propensa ao rótulo de ser destinada ao homem ou à mulher. Nesse contexto, a mulher passou a ter de ocupar um espaço que não lhe cabia, se analisado sob a ótica machista e sexista. Goellner (2003, pág. 147) propõe uma reflexão com relação ao fato de ainda em pleno século XXI, a questão de gênero no esporte é considerada uma ameaça para alguma das modalidades esportivas, como visto a seguir:

Considerando o papel pedagógico das práticas corporais e esportivas, torna-se necessário colocar em suspeição discursos dessa ordem, afinal, o que significa “masculinização da mulher” num tempo onde as fronteiras entre os gêneros estão constantemente borradas? Que argumentos justificam tal “temor”? Se o esporte é um espaço que possibilita o exercício de sociabilidades por que determinadas modalidades, ao invés de serem incentivadas, são consideradas, mesmo no século XXI, uma ameaça?

No entanto, há de se pensar que muitos desses comportamentos são imputados socialmente e reafirmados por intermédio por exemplo das grandes mídias que por um longo período de tempo veicularam uma noção generalista do que seria voltado a mulher e o que seria voltado ao homem e esses aspectos são compelidos pelos tabus e normas sociais.

4.3 MÍDIA, ESPORTE, ESPETÁCULO E OS MEGAEVENTOS

Essa tríade desempenha papel fundamental quando o assunto é reafirmar e romper com paradigmas direcionados à presença da mulher no cenário esportivo.

Wurman (2001) afirma que informação é poder e com isso, as pessoas tendem a ficar a todo instante atrás de obtê-las e é justamente nessa lacuna entre o ter e não ter a informação que ocorre a ascensão das grandes mídias.

A **mídia** faz parte de um sistema que tende a propagar autoridade e influenciar – aqui entende-se por meios de comunicação, sejam eles eletrônicos (mídias sociais – internet, televisão, cinema, etc.) ou impressos (revistas, jornais), ditando a direção das tendências da cultura corporal do movimento (Betti, 2004; Betti, 2001). Com isso, a mídia dissemina e por vezes normatiza concepções na esfera social, sejam elas positivas ou negativas. Bushman (2016) define que a violência na mídia é resultante de comportamentos que são evidenciados numa obra de cunho midiático e que em alguma instância, tem por objetivo causar algum dano a alguém que em contrapartida, deseja que esse dano não ocorra.

Com a ascensão cada vez maior da mídia e o seu acesso sendo cada vez mais facilitado, surge o chamado **esporte espetáculo**, em que o esporte passa então a se tornar uma grande atração, em que entrelinhas, tudo se é pensado de modo a agradar o consumidor final, no caso, os telespectadores. “A potência do espetáculo depende do calor das massas, das menores e das maiores organizações de pessoas que se unem a conferi-lo” (KÖNIG, FIEGENBAUM, 2016, pág. 2). E com isso, os **megaeventos** esportivos se tornam sede dessas grandes atrações, como são as Olímpiadas, Copa do Mundo, dentre outros.

Um caso a se pensar sobre a influência dessa tríade, é o MMA (*Mixed Martial Arts*), que promove verdadeiros espetáculos aos expectadores do mundo esportivo e leva o público que o acompanha a um verdadeiro frisson a medida em que os desdobramentos vão acontecendo até que se chegue no momento do combate de fato.

Isso é perceptível desde o pré-luta, em que são criadas estratégias de captura de novos telespectadores (lê-se clientes) e fidelização dos que já acompanhavam e para tal são anunciadas assinaturas de *pay-per-view*, os canais próprios voltados a exibição dessas lutas, a pesagem dos atletas, dentre outros. E no dia do espetáculo em si, além da presença do locutor que anuncia o atleta, há o momento de sua entrada triunfal ao som da música que o próprio escolheu. E ainda há a participação das *ring girls*, mulheres que geralmente seguem um padrão de beleza partilhado socialmente e aparecem segurando placas de *rounds*, com roupas curtas, justas e bem maquiadas. Todas essas artimanhas atribuí ao esporte um sentido de mercadoria e enfatiza a ideia defendida por Guy Debord (1991), sobre a sociedade do espetáculo.

Em março de 2021, mais especificamente, no dia 8, o Dia Internacional das Mulheres, o Comitê Organizador de Tóquio 2020 com o apoio do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Comitê Paralímpico Internacional (IPC) assumiram o compromisso de pleitearem a próxima edição dos Jogos com uma maior igualdade de gênero (BRASIL, 2021).

E para tanto, eles propuseram além de cerca da metade das vagas voltadas às atletas (49%, o que se configura como a maior participação das mulheres em megaeventos esportivos), os jogos e partidas do feminino obterão, de acordo com esses órgãos, a mesma visibilidade que os dos masculinos (REDE NACIONAL DO ESPORTE, 2021). Uma notícia veiculada no dia 23 de maio pelo site Olímpiada Todo Dia (2021), explicita que até então o Brasil conta com um quantitativo de 230 atletas classificados para os Jogos Olímpicos de Tóquio, porém, dentre os nomes citados na lista, apenas 89 são de atletas brasileiras. O que representa cerca de 39,38%, o que não corresponde nem à metade desse número.

De acordo com Casado (2021), presidente do setor responsável pelo trabalho de igualdade de gênero do COI: “Embora tenhamos visto melhorias na igualdade de gênero no esporte, precisamos de mais e rapidamente. Não podemos simplesmente chegar a uma representação de 50-50 na competição e dizer que o trabalho está feito.” (tradução da autora).

Em consonância com essa fala, de fato não é um percentual que irá garantir uma igualdade de gênero, uma vez que o trabalho é árduo e deve ser constante. Acreditar que um quantitativo em um dos Jogos Olímpicos irá modificar a realidade de imediato é descredibilizar todo um processo histórico de luta por reconhecimento e espaço por parte das mulheres.

Porém, do mesmo modo que essa tríade mídia-esporte espetáculo-megaeventos são capaz de disseminar benefícios no âmbito social, elas também podem se tornar palco de desigualdades e outras atitudes negativas quando se diz respeito aos que estão a margem socialmente e porque não dizer esportivamente, como no caso das mulheres.

4.4 UM BREVE HISTÓRICO DAS LUTAS E NAS LUTAS

Desde os primórdios o ser humano se apropria da luta, que, no entanto, passou por inúmeras transformações ao longo do tempo. Se na Antiguidade o ato de lutar era atrelado à sobrevivência, visto que cabia ao homem desempenhar papéis voltados ao ataque, defesa e caça

(RUFINO, DARIDO, 2011) seja contra um animal, a um oponente ou até mesmo aos seus semelhantes, postura essa observada na pré-história.

Já em um contexto mais atual, emergiram as categorizações das práticas corporais lutas, que são consideradas pertencentes às classificações e categorizações como os esportes de combate e as artes marciais (CAMPOS, 2014). Em consonância com Ruffoni (2021, p. 225) “as lutas existem desde os primórdios das civilizações, da mesma forma que os movimentos naturais e de sobrevivência (andar, correr, rastejar e outros), atendendo a vários objetivos e situações, de acordo com a sua origem, história e valor cultural.”

Assim sendo, as lutas ou a ação mais propriamente dita, atravessa o tempo, ao ser utilizada antes mesmo do humano se tornar um ser civilizado. Por este motivo torna-se difícil precisar com tanta exatidão como surge a prática corporal a qual conhecemos. Porém, é possível elencar alguns tempos históricos em que ocorreram o surgimento de algumas modalidades. Por mais que algumas delas se entrelacem como no caso mais especificamente do judô e jiu-jitsu (LANÇANOVA, 2006).

Na Grécia as lutas assumiam o papel de espetáculo, visto que elas eram modalidades presentes nos grandes Jogos Olímpicos, elas compunham as disputas no estádio e também estavam presentes como uma das modalidades no pentatlo (além da corrida, salto, lança e disco). Cabe também ressaltar que outra manifestação do lutar nesses jogos era a prática chamada de “pancrácio”, desenvolvida pelo povo grego e na qual só não eram permitidos golpes na região dos olhos, das genitais, arranhões e mordidas.

Já no Império Romano, surgem os majestosos anfiteatros, espaços que a manifestavam por intermédio da crueldade e força romana (SILVA, 2007), funcionavam como palcos dos gladiadores, figura essa que surge nesse período e lutam uns contra os outros, além de promoverem duelos sanguinários com animais ferozes. Como na Roma Antiga tinha-se o ideário de mulheres com corpos fortes para passarem pela dor do parto, elas também praticavam lutas, desde o período da adolescência (LESSA, ROCHA, 2007).

Na Idade Média, era preconizada a formação do homem valoroso e cortês, honrado e fiel, a luta assim contemplava a preparação dos cavaleiros. O que salienta a luta como uma maneira de educar corpos em sua totalidade, característica essa atribuída à diversas modalidades, que direciona à luta a noção de ser também um instrumento educacional.

Os autores Mazzoni e Oliveira Júnior (2011), relatam que os primeiros indícios do surgimento da luta, tenha sido no oriente, mais especificamente em nações como China e Índia, que foram berços no que tange a pluralidade dessa prática corporal. Vale lembrar ainda, que as lutas surgiram nessas nações justamente pelo intuito de preconizar o combate e a guerra, em que só havia uma alternativa: morrer ou matar, o que se reflete na visão dicotômica ainda encontrada e perpetuada socialmente da luta-violência, como se necessariamente uma dependesse intrinsecamente da outra.

Para se falar dessa visão de violência que ainda prevalece em alguns grupos sociais, é preciso compreender sobre a agressividade, que está intimamente interligada com uma atitude que possa vir a ser considerada violenta. Isto é, a agressividade em níveis exacerbados, se caracteriza como a violência. Com isso, é relevante compreender que a agressividade se subdivide em dois principais tipos, sendo eles: a agressão hostil e a agressão instrumental (WEINBERG, GOULD, 2008):

- Na agressão hostil, tem-se como meta causar alguma forma de dano de ordem psicológica ou física ao outro, como no caso de um lutador que tendo intencionalidade continua a transferir socos contra seu adversário já imobilizado, tendo como objetivo a violência em si e não o término da luta, por exemplo.
- Já a agressão instrumental, deriva de uma meta não agressiva, como por exemplo quando uma boxeadora acerta um golpe na cabeça da sua oponente, isso costuma acarretar algum tipo de ferimento à oponente, no entanto, ali ocorreu a tentativa de se vencer o assalto causando algum dano à sua adversária, findando na sua vitória.

Nos primórdios, as lutas eram encaradas em sua maioria com esse sentido da agressão hostil e não como uma agressão instrumental. Uma vez que visava inclusive, a morte do outro.

Porém, algumas formas de lutar ainda permanecem e outras foram modificadas ao longo da história, o que se atribui uma complexidade no que diz respeito ao verdadeiro surgimento e outras informações intrínsecas a elas.

No decorrer do tempo, a luta transcendeu essa visão de um instrumento de violência, para algo capaz de proporcionar condicionamento físico, disciplina, autocontrole, perseverança, foco, dentre outros. Portanto, importa compreender sobre esse desenvolvimento histórico das lutas e sobre os espaços que ela deixou de ocupar e passou a ocupar, sobre seus papéis

desempenhados no passado e no presente. As atletas travam batalhas durante anos para sua inserção efetiva na prática esportiva (GOELLNER, 2013), o que não seria diferente com as lutas.

Em suma, ao pensar historicamente a respeito da relação das mulheres com as lutas, não é possível encontrar muitos indícios, a não ser alguns que usualmente direcionavam um viés maternal e patriota à prática de lutas por mulheres. Pois cabia às mulheres, manter o corpo forte o suficiente para que pudesse gerar homens fortes, capazes de defender a nação.

CAPÍTULO V

5. MÉTODO

O presente estudo se caracteriza como um estudo com diálogos com modelos qual-quantitativos e se utiliza da teoria das representações sociais, dialogando de forma mais próxima com a abordagem estrutural (ABRIC, 1976; RIBEIRO; ROCHA, 2015) como parte integrante do processo de investigação.

5.1 Sujeitos

O estudo passou por algumas modificações nos seus métodos e critérios de inclusão e consequentemente em sua amostra. Visto a baixa aderência de participantes na coleta via *Google Forms* inicialmente e o período relativamente curto para coleta de dados e outros procedimentos até a defesa efetivamente.

Portanto, o presente *corpus* foi realizado a partir da coleta de dados de maneira mista, uma vez que seu desenvolvimento se deu via *online* e presencialmente. Além de passar a abranger discentes do curso de Educação Física (E.F) de outras Instituições de Ensino, o que a priori seria voltado apenas ao curso de E.F da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Assim, a população alvo foi constituída por uma amostra relativa a um total de 136 estudantes universitários. Para tanto, alguns critérios de inclusão e exclusão foram adequados e reestabelecidos: Nesse sentido, os participantes que foram inclusos foram aqueles que detinham vínculos aos cursos de graduação de Educação Física de instituições públicas e privadas; independente do gênero ao qual se identifique; e que tinham mais de 18 anos de idade, além de terem consentido espontaneamente com a participação na investigação por intermédio do aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Foram exclusos da pesquisa aqueles que não queriam participar.

Com isso, obteve-se a participação de discentes do curso de Educação Física de 11 instituições de ensino distintas sendo: três (3) da esfera pública e oito (8) da particular (vide Anexo I), com evidência aos discentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro o que caracteriza uma amostra por conveniência em decorrência da facilidade de acesso a estes por parte da pesquisadora.

5.2 Aspectos Éticos da Pesquisa

Esse estudo se desenvolveu com sua submissão à Plataforma Brasil, em de acordo com o comunicado emitido pela universidade em sua plataforma, segue assim sendo:

Informamos que os procedimentos relacionados a submissão, apreciação e avaliação de projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, direta ou indiretamente, permanecem suspensos. Também informamos que a UFRRJ submeteu o pedido de cadastro na Plataforma Brasil em 06 de dezembro de 2021, recebemos uma análise, e o CEP está adequando as suas normativas e regimento para atender ao parecer da CONEP. (UFRRJ, 2022?)

Os discentes entrevistados foram questionados quanto a sua participação no estudo e expondo que a mesma partiria de uma voluntariedade e que a qualquer momento poderia ocorrer uma desistência da participação por parte deles. Assim como também foram sanadas quaisquer dúvidas que surgiram no decorrer desse processo e foram esclarecidos quanto aos objetivos, confidencialidade e outros aspectos que foram todos explicitados também no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I).

5.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram: Questionário de dados sociodemográfico e acadêmico, Questionário exploratório contendo questões abertas e fechadas e uma tarefa de Evocação Livre de palavras.

O estudo ocorreu de maneira presencial, no campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, cuja coleta de dados foi realizada em um único dia no Departamento de Educação Física e Desportos. E também de forma *online*, via Google Forms.

Questionário Sociodemográfico e Acadêmico: conterá alguns dados sociodemográficos de modo a identificar estes grupos (tais como: idade, sexo, identidade étnica) e dados acadêmicos (curso, período atual, porcentagem de aproveitamento do curso – abaixo de 50% ou acima de 50%). Pode ser adicionada mais alguma variável caso seja notada tal necessidade no decorrer do estudo.

Perguntas: nesse momento do estudo, havia duas perguntas fechadas e duas perguntas abertas que contextualizavam o indivíduo no cenário que gira em torno do estudo. As perguntas eram: “Você pratica ou já praticou alguma modalidade de luta?”, “Se sua resposta anterior for sim, especifique qual modalidade de lutas você pratica ou já praticou”, “Você já teve contato com a prática de lutas na universidade?”, e por fim, há a pergunta aberta “Qual sua opinião sobre as mulheres que praticam lutas?”.

Tarefa por Evocação Livre: nesse momento será solicitado aos participantes que digam cinco palavras ou expressões que surjam em seu pensamento a partir de uma palavra indutora, que acarretará cognemas que estejam interligados à temática, a fim de identificar o núcleo central e os elementos periféricos que atuam diretamente na constituição das representações sociais do objeto de pesquisa. O termo indutor utilizado no processo de evocação será “mulheres que praticam lutas”.

Vale lembrar que foram solicitados aos participantes o total de 5 palavras/expressões e que esse número não foi excedido devido ao fato de que poderá acarretar uma perda de rapidez nas respostas, o que descaracterizaria o intuito das evocações livres que é o de manter uma espontaneidade e naturalidade com relação às respostas dos envolvidos (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

5.5 Procedimento da Coleta de Dados (Aplicação dos Instrumentos)

A coleta presencial ocorreu entre os intervalos das aulas no Departamento de Educação Física da UFRRJ, em que os discentes elegíveis a participarem da pesquisa receberam um TCLE e foram instruídos não só sobre o preenchimento do questionário, como também a respeito da tarefa de evocação livre. A pesquisadora se colocou à disposição a fim de sanar quaisquer dúvidas ao longo desse processo. Já a coleta online ocorreu por intermédio de divulgação do formulário em grupos de turmas, páginas do Facebook das instituições de ensino e com apoio de docentes.

Vale lembrar, a participação de todos foi condicionada ao consentimento e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi entregue em mãos aos que participaram da pesquisa de forma presencial e que foi exposto para preenchimento digitalmente aos que participaram de maneira online, via *Google Forms*.

5.6 Análise de Dados

Nessa fase foi realizada uma Análise Prototípica, também chamada análise de evocações livres ou de quatro casas (WACHELKE; WOLTER, 2011), que é uma das técnicas mais utilizadas a fim de caracterizar uma provável estrutura das representações sociais obtidas a partir de um objeto social.

Esse tipo de técnica foi elaborado originalmente por Vergès, no ano de 1992 e relaciona os cognemas gerados a partir de uma evocação de palavras a uma provável estrutura representacional. Ele conta com duas etapas primordiais para o processo, que são elas:

- Análise prototípica – consiste no cálculo das frequências e ordens com que ocorre a evocação de determinadas palavras;
- Formulação e categorização – momento no qual as evocações são categorizadas e avalia-se as frequências, composições e co-ocorrências. (WACHELKE, WOLTER, 2011).

O estudo também contou com o auxílio do *Software IRAMUTEQ® – Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, que visa a hierarquização por ordem de importância das palavras e/ou expressões coletadas. Nas questões abertas do estudo, será utilizada a análise de conteúdos de Bardin (2011), com suas dadas fases, sendo elas: pré-análise; exploração do material elaborado e o tratamento dos resultados, com a inferência e interpretação dos mesmos.

Esse software permite a realização da chamada análise prototípica, um tipo de análise do *corpus* do texto. Importa ainda dizer, que nesse processo, é gerado um diagrama com quatro (4) quadrantes, nos quais demonstram visualmente o sistema estrutural da representação social a partir de um termo indutor, que aqui nesse estudo foi “mulheres que praticam lutas”. E os resultados obtidos indicam as possíveis palavras que ocupam a centralidade na estrutura das representações sociais (WACHELKE, WOLTER, 2011). geradas sobre um determinado objeto de pesquisa.

Além da análise prototípica, tal estudo também fez uso da análise de similitude, que atua diretamente não somente na capacidade de analisar a intensidade de cada cognema evocado, como também as possíveis relações entre eles.

CAPÍTULO VI

6.1 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Como dito anteriormente, a pesquisa contou com um total de centro e trinta e sete (137) respondentes, discentes de cursos de Educação Física (vide **Anexo I**). Dentre esses 137 participantes, 54,7% se identificam com o gênero feminino e 45,3% se identificam com o gênero masculino.

O último Censo da Educação Superior é datado de 2021 e nele consta que a Educação Física está entre os dez maiores cursos de graduação em número de matrículas, com um total de duzentos e trinta e novel mil e oito (239.008) graduandos na data de coleta do Censo, se posicionando atrás apenas dos cursos de Pedagogia, Direito, Administração, Enfermagem, Contabilidade, Psicologia e Sistemas de Informação.

O Curso de Educação Física dura em média quatro (4) anos e essa é uma área que detém dois graus de formação específicas distintas, sendo elas: licenciatura e bacharel. Dado o número de graduandos, o histórico acadêmico da pesquisadora, que é professora de Educação Física e a crescente ascensão do curso em termos quantitativos, esse grupo foi selecionado por fator de conveniência. Abaixo segue a distribuição dos grupos por faixa etária e gênero ao qual se identificam:

FAIXA ETÁRIA	Nº DE PARTICIPANTES ENVOLVIDOS NA PESQUISA		
	Feminino (N - %)	Masculino (N - %)	TOTAL
18-23	52	37 – 60%	89 – 64%
24-29	20	18 – 30%	38 – 28%
30-35	2 – 0,2%	2 – 3%	4 – 3%
36-41	0	2 – 3%	2 – 1%

42-47	1 – 0,1%	0	1 – 0,07%
48-53	0	2 – 3%	2 – 1%
54-59	0	1 – 1%	1 – 0,07%
TOTAL	75	62	137

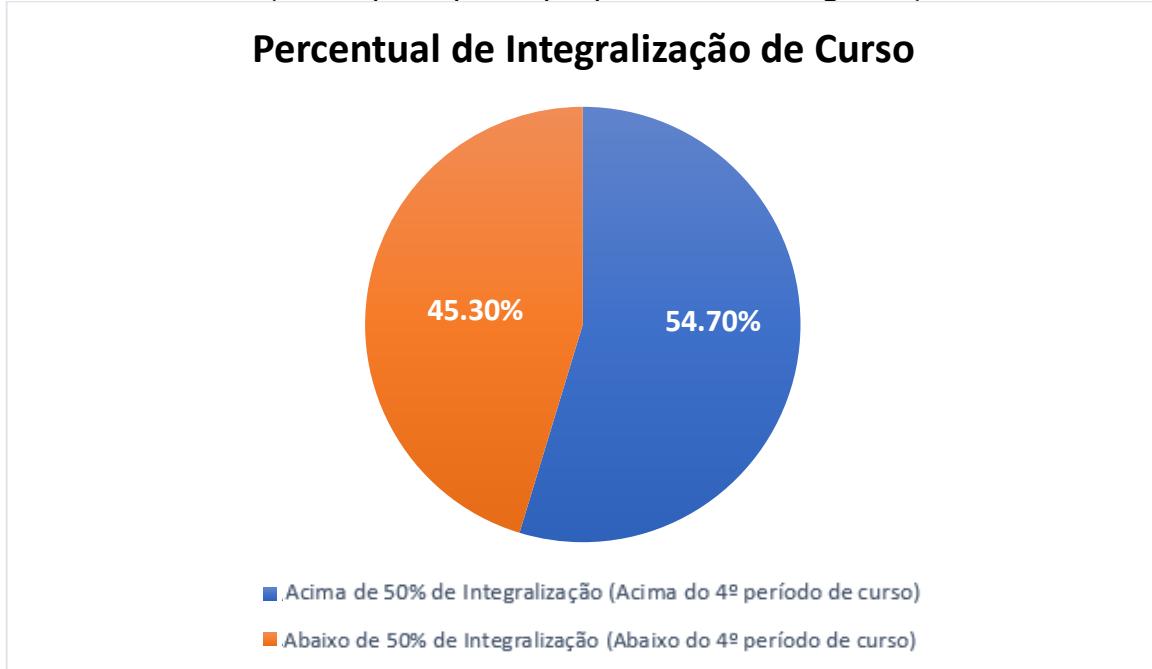
1. Distribuição do perfil dos participantes por gênero.

Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

Como pode ser observado a partir desses dados obtidos e expostos acima, a amostra de discentes do curso de Educação Física tende a se concentrar nos recortes de faixa etária de 18-23 anos e a 24-29 anos, o que dá indícios desse perfil discente.

Ao prosseguir com a parte descritiva dos resultados, tem-se a periodização de curso dos participantes, em que se obteve o seguinte resultado:

Gráfico 1. Distribuição dos participantes por percentual de Integralização de Curso.



Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

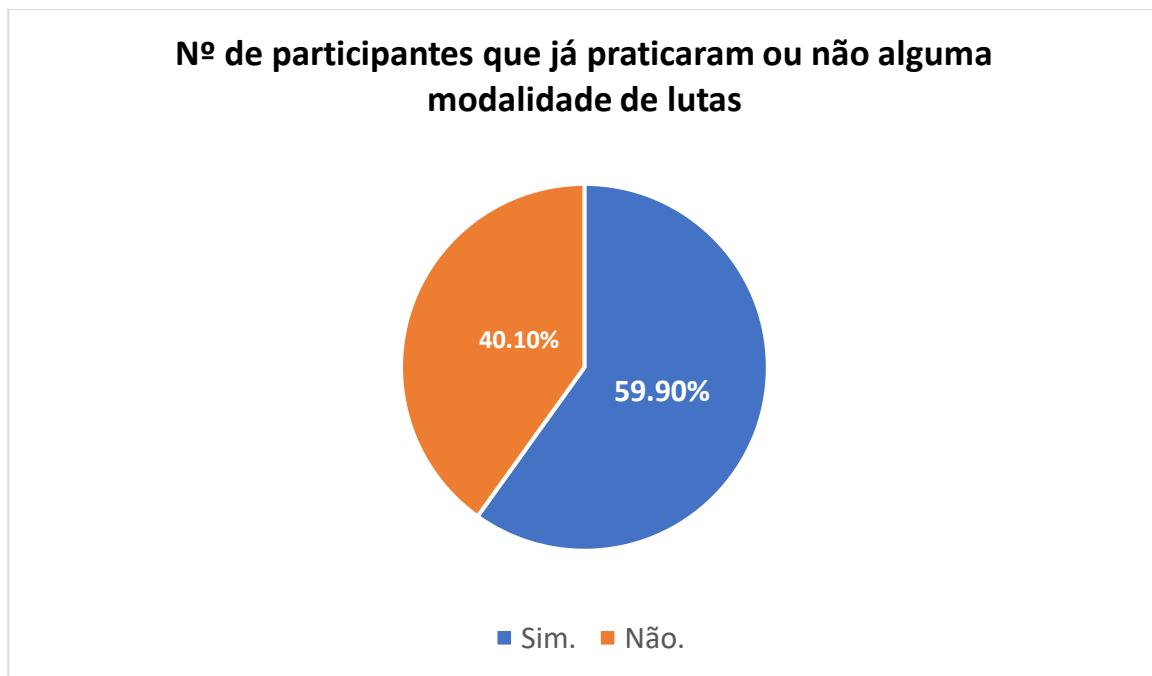
Desse modo, pode-se supor que essa amostra tem característica similares, visto que numericamente não se tem uma discrepância acentuada entre os discentes matriculados na primeira metade e na segunda metade do cursos. Em que setenta e cinco (75) alunos responderam estarem acima de 50% de Integralização de Curso (acima do 4º período) e sessenta

e dois (62) alegaram estarem abaixo de 50% de Integralização de Curso (abaixo do 4º período do curso).

O estudo girou em torno de algumas perguntas norteadoras, sendo elas: “Você pratica ou já praticou alguma modalidade de lutas?” – essa pergunta em questão estava ramificada em uma subjacente, caso a resposta tenha sido SIM, o indivíduo responderia quais modalidades que ele já praticou ou pratica; “Você já teve contato com a prática de lutas na universidade?” e “Qual sua opinião sobre as mulheres que praticam lutas?”, essa última em específico auxiliará na discussão acerca dos resultados obtidos na fase de Evocação Livre. Abaixo segue sobre os dados mais relevantes obtidos em cada uma delas:

- “Você pratica ou já praticou alguma modalidade de lutas?”

Gráfico 2. Distribuição percentual dos participantes que já praticaram ou não lutas.



Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

Desse modo, do total de respondentes, oitenta e dois (82) alegaram praticar ou já terem praticado alguma modalidade de lutas, enquanto cinquenta e cinco (55) disseram não terem praticado.

Ao analisar esse grupo pelo gênero ao qual os respondentes se identificam, temos que:

Tabela 01.

PRATICA OU JÁ PRATICOU ALGUMA MODALIDADE DE LUTA	GÊNERO						TOTAL		
	Feminino			Masculino			F.A	F.R	F.R%
SIM.	42	0,56	56%	40	0,645	64,5%	82	0,599	59,9%
NÃO.	33	0,44	44%	22	0,355	35,5%	55	0,401	40,1%
TOTAL	75	1	100%	62	1	100%	137	1	100%

Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

As mulheres têm assumido cada vez mais espaços no ensino superior, o Brasil totalizou mais de 5 milhões de matrículas de mulheres em universidades, seja em cursos de graduação na educação à distância (EAD) ou presenciais, representando assim, 57,9% dos discentes contabilizados (SEMESP, 2020). Porém, o mesmo estudo do Semesp (2020) apontou que as mulheres constituem a minoria do perfil dos discentes de Educação Física, totalizando 39,7% para a área de licenciatura e 34,9% para o bacharelado. Porém, ao verificar os dados obtidos dos participantes do presente estudo, ainda que tênue, pode-se notar uma tendência contrária a partir dos dados obtidos, nos quais as mulheres compõem a maior parte da amostra.

Tais resultados apontam dois vieses distintos, a medida em que se tem uma maior incidência de alunos que obtiveram contato com as lutas, também teve a ocorrência de discentes que alegaram não ter praticado lutas em quaisquer momentos e que acabaram por chegar no Ensino Superior sem ter tido essa vivência.

Um dado interessante, é que por mais que se tenha aqui uma amostra relativa a indivíduos que estejam em um curso em que naturalmente espera-se que se tenha uma pré-disposição aos esportes ou à prática de exercício físico, observa-se, ainda que em menor

número, que é considerável o resultado de discentes que alegaram não ter praticado lutas. O que denota uma eventual fragilidade no conteúdo lutas desde a Educação Básica destes.

Apesar de historicamente as mulheres foram cercadas de praticarem atividades esportivas e alvo de preconceito, o que gerava uma invisibilidade para estas no meio das lutas, com os dados anteriores, conseguimos constatar que as mulheres tem ocupado cada vez mais espaços em um universo que era considerado tipicamente masculino, visto que os números de mulheres que praticam ou já praticaram lutas, transpuseram o contrário. O que já denota as consequências da quebra dessa ideia engessada de que as lutas são destinadas apenas aos homens.

Portanto, o fato de compreender se o indivíduo já teve contato com a prática de lutas se torna um fator importante para este estudo, na medida que esse dado pode vir a influenciar em possíveis respostas acerca das mulheres que pratiquem lutas, uma vez que estes podem ter tido vivencias pessoais que possam vir a influir a respeito de tal temática.

Dentre os que disseram que já praticaram, as modalidades mais citadas foram por ordem decrescente: Muay-Thai (21 vezes), Jiu-Jitsu (18 vezes), Judô (18 vezes), Capoeira (10 vezes), Karatê (10 vezes), Boxe (8 vezes), Taekwondo (5 vezes), Kung Fu (4 vezes), Kick-boxing (2 vezes), M.M.A (1 vez), Krav Maga (1 vez).

Abaixo pode ser vista a distribuição dos discentes levando em consideração a variável período de integralização, nota-se uma similaridade com os resultados da tabela anterior:

Tabela 02.

PRATICA OU JÁ PRATICOU ALGUMA MODALIDADE DE LUTA	PERÍODO						TOTAL		
	Acima de 50% de Integralização			Abaixo de 50% de Integralização			F.A	F.R	F.R%
	F.A	F.R	F.R %	F.A	F.R	F.R%			
Sim.	41	0,55	56%	41	0,67	67%	82	0,599	59,9%
Não.	34	0,45	44%	21	0,33	33%	55	0,401	40,1%
TOTAL	75	1	100%	62	1	100%	137	1	100%

Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

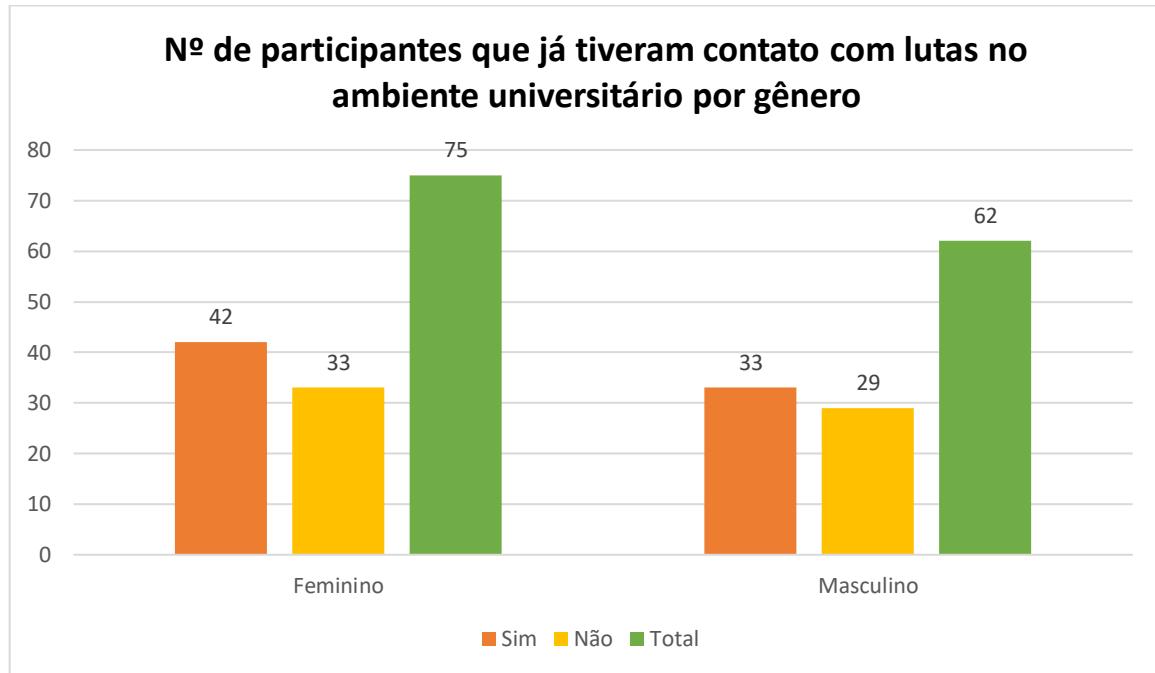
Dentre estes, quarenta e duas (42) mulheres acima do 4º período responderam sobre a participação nas lutas, em que: vinte e uma (21) responderam que já praticaram lutas, enquanto vinte e uma (21) alegaram não terem praticado. Já as que estão abaixo do 4º período totalizam trinta e três (33), sendo: vinte e uma (21) praticam ou praticaram e doze (12) responderam que não teve essa vivência.

Já relacionado ao gênero masculino, tem-se um total de: trinta e três (33) respondentes acima do 4º período, em que vinte (20) praticam ou praticaram alguma modalidade de lutas e treze (13) nunca praticou. Já abaixo do 4º período de curso, vinte (20) alegaram praticar ou ter praticado, enquanto nove (9) responderam que não.

- “*Você já teve contato com a prática de lutas na universidade?*”

Essa segunda pergunta focou de forma mais diretiva no ambiente universitário e na formação acadêmica dos participantes.

Gráfico 3 – Distribuição dos participantes do gênero feminino e masculino que já tiveram contato com lutas na universidade.



Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

Proporcionalmente falando, nota-se que há uma proximidade nos dados quando analisados por gênero. Do total de setenta e cinco (75) mulheres, dessas, quarenta e duas (42) mulheres alegaram terem tido algum contato com lutas na universidade, enquanto trinta e três (33) alegaram que não tiveram. Desses, vinte e sete (27) acima do 4º período de integralização alegaram que já tiveram contato com lutas na universidade, enquanto, onze (11) nessa mesma periodização disseram não ter tido contato. Enquanto, quinze (15) abaixo do 4º período de curso disseram que já tiveram contato, e vinte e duas (22) alegaram não terem tido contato com lutas no ambiente acadêmico.

Já por outro lado, dentre os sessenta e dois (62) indivíduos do gênero masculino, temos que: trinta e três (33) deles alegaram terem tido contato com lutas no ambiente universitário, enquanto vinte e nove (29) não tiveram. Sendo que vinte e um (21) homens acima de 50% de integralização de curso disseram ter tido contato com lutas na universidade, enquanto treze (13) não tiveram. Já a respeito dos homens que estão abaixo de 50% de integralização de curso, doze (12) disseram ter tido contato e dezesseis (16) disseram não ter tido contato com a prática de lutas na universidade.

O conteúdo lutas faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1996), no qual se define os conteúdos a serem trabalhados nas escolas. Lá, as lutas são definidas da seguinte forma:

As lutas são disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjugado(s), mediante técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização, ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações que gerem ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica, a fim de punir atitudes de violência e/ou deslealdade. (p.70)

Tendo em vista uma formação voltada à licenciatura, estima-se que tais discentes tenham contato com tal conteúdo em sua formação. E não só isso, na formação de bacharel há cursos que também exigem o ensino de lutas, afinal, estima-se que se tenha uma disciplina que aborde esse tema na formação profissional.

O currículo da Universidade Federal do Rio de Janeiro por exemplo, conta com uma disciplina de lutas específica, no caso, o Judô. Que compõe o corpo de disciplinas do 8º período, porém, discentes de períodos abaixo podem tentar vaga para consegui-la. E levando em consideração que a maior parte da amostra foi relacionada a essa instituição de ensino,

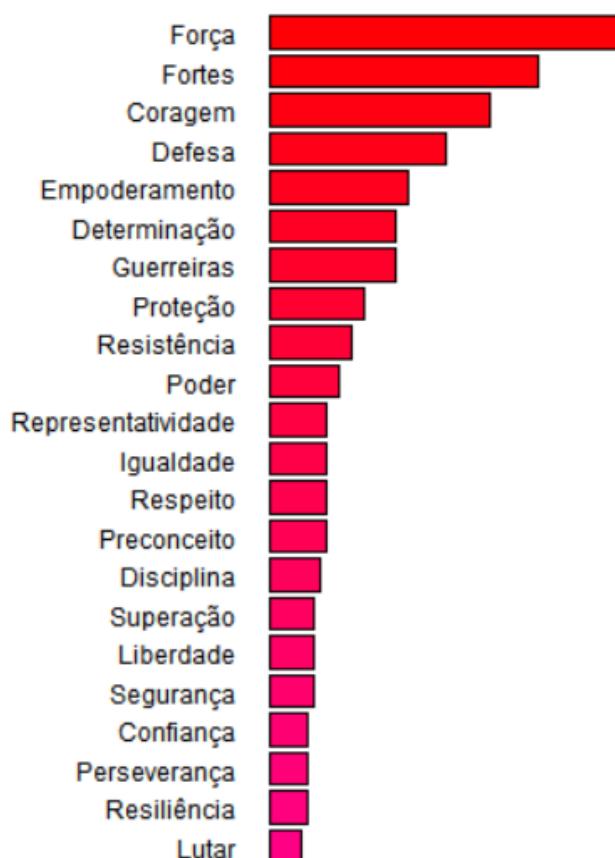
possivelmente isso indica que tais alunos obtiveram contato com as lutas no ambiente universitário por intermédio dessa disciplina.

6.2 ANÁLISE PROTOTÍPICA

Para a análise das evocações livres, foi realizada inicialmente a lematização a fim de considerar diferentes cognemas evocados que tenham obtido um radical comum. Após essa etapa, os dados foram alocados no software Iramuteq® e geraram a provável organização das representações sociais no formato de um diagrama de quatro casas.

A análise partiu do termo indutor “mulheres que praticam lutas” e obteve a partir de uma frequência mínima pré-determinada, o total de 22 tipos de palavras evocadas sem que se levasse em consideração fatores como gênero e periodização de curso em um primeiro momento. Assim sendo, a imagem abaixo explicita tal distribuição de palavras.

Imagen 1. Representação das palavras obtidas no estudo.



Fonte: Software Iramuteq®.

Essa parte da análise de dados se apropria de algumas das respostas obtidas na pergunta “Qual sua opinião sobre mulheres que praticam lutas?” para dialogar com as representações geradas acerca das mulheres praticantes de lutas.

A figura X abaixo apresenta a provável estrutura das representações sociais das mulheres praticantes de lutas partilhadas por discentes do curso de Educação Física, ao partir de uma visão macro, sem levar em consideração ainda as variáveis gênero e período.

Imagen 1 – Diagrama da Análise Prototípica das Representações Sociais de mulheres praticantes de lutas, levando em consideração o total de participantes do estudo:

$<2,64$ ordem média de evocação $\geq 2,64$					
Força	56	2,0	Coragem	35	2,6
Fortes	43	1,8	Empoderamento	22	2,8
Defesa	28	2,1	Guerreiras	20	2,6
			Determinação	20	2,8
Frequência $\geq 15,95$					
<hr/> Frequência $< 15,95$					
Poder	11	2,5	Proteção	15	3,3
Respeito	9	2,2	Resistência	13	3,7
Representatividade	17	2,7	Preconceito	9	3,1
Superação	13	2,8	Igualdade	9	3,1
			Disciplina	8	2,9
			Segurança	7	2,6
			Liberdade	7	3,7
			Resiliência	6	2,8
			Perseverança	6	3,3
			Confiança	6	3,8
			Lutar	5	4

Fonte: Desenvolvido pelos próprios autores a partir de dados obtidos no Software Iramuteq®.

No quadrante superior esquerdo estão alocados os cognemas que obtiveram uma maior frequência de evocação e que foram evocados de prontidão pelos participantes. A partir disso,

há uma delineação do possível núcleo central da representação social em questão no estudo. Desse modo, foram dispostos nessa casa cinco cognemas, sendo: **força, fortes, defesa**. Com uma maior saliência na palavra força.

Dentre tais evocações nota-se uma proximidade entre **força** e **fortes**. Porém, tais palavras durante o processo lexical não foram agrupadas em apenas uma, tendo em vista que força pode ser compreendida não apenas como uma valência física como também no sentido de potência, isso é, algo que assumiria um papel mais abstrato. Já o cognema fortes pode estar atrelado não somente a essas visões, como também a um corpo com músculos hipertrofiados, por exemplo. De acordo com o dicionário *Michaelis Online*, a palavra “forte” é definida como: “1. Que tem grande força ou vigor físico; robusto, vigoroso. 2. Que tem constituição física avantajada; corpulento, grande.” (MICHAELIS ONLINE, 2023).

Abaixo seguem alguns dos recortes das respostas dos sujeitos da pesquisa que corroboram com essa visão:

Tabela 1 – Distribuição de respostas de cinco participantes obtidas ao serem questionados sobre o que pensam sobre as mulheres que praticam lutas:

Descrição do Participante	
Feminino, 26 anos	São mulheres fortes. O ambiente das lutas é complicado, as mulheres sofrem e são sempre atacadas tendo sua sexualidade e capacidade questionadas. Então, acabam sofrendo uma maior pressão, tendo que provar seu valor.
Feminino, 18 anos	Além de fortes fisicamente também são fortes mentalmente para praticar uma modalidade que por muito tempo foi considerada "coisa de homem."
Feminino, 19 anos	São mulheres fortes que saem do padrão e de qualquer estereótipo, são mulheres que fazem o que querem fazer.
Feminino, 23 anos	Mulheres fortes, que buscam demonstrar seu direito, poder e igualdade nesse esporte.
Feminino, 23 anos	Acho interessante, pois ainda em pleno XXI, vivemos em um lugar cheio de construções sociais, sendo uma delas: a luta ser vista como uma prática masculina. A luta vai muito além da força, ela possui técnica e a mulher pode se beneficiar da mesma para não ser visto sempre como um ser vulnerável pela sociedade.

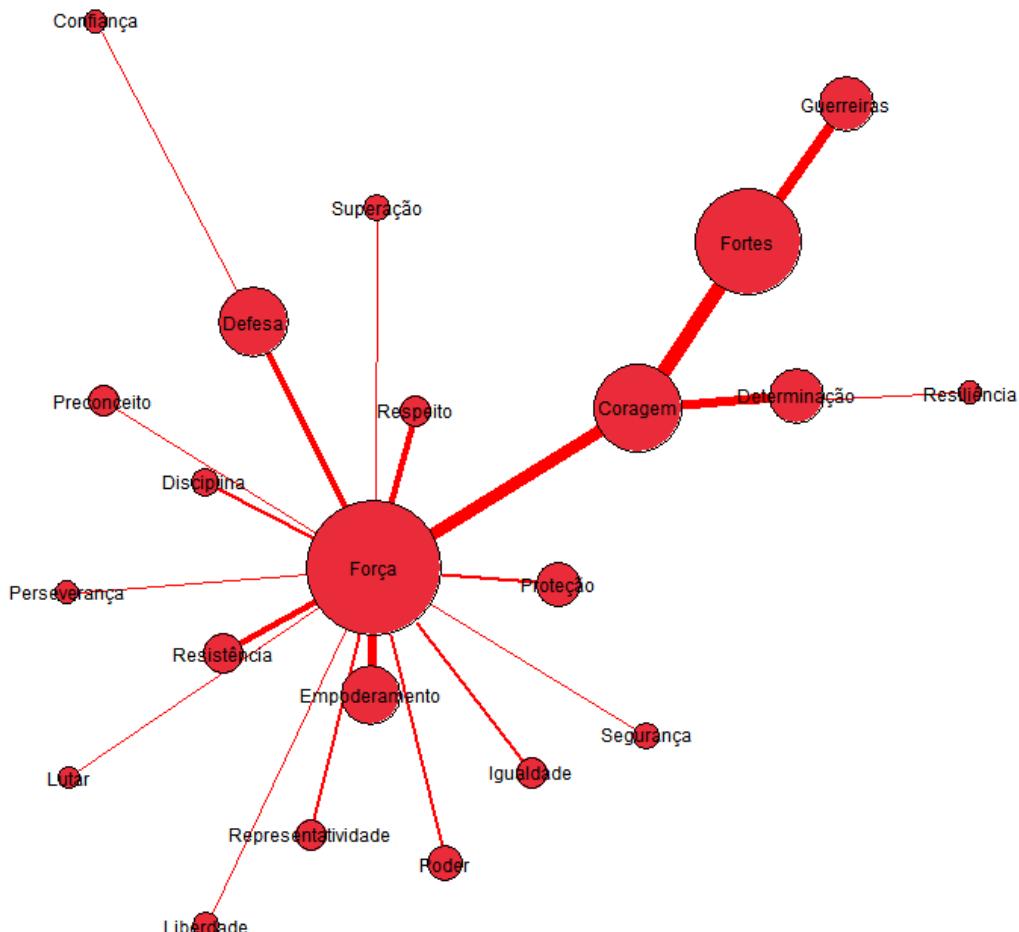
Feminino, 20 anos

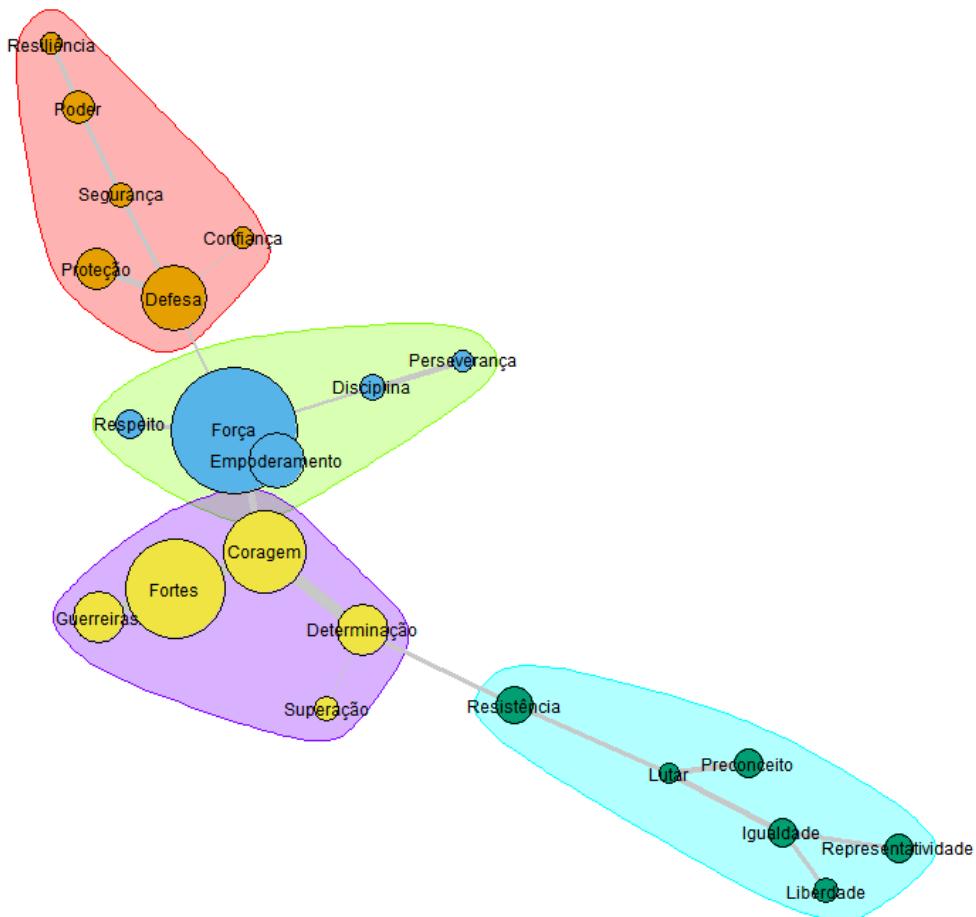
Extremamente fortes em conseguir se adaptar à um meio ainda tão misógino e preconceituoso. Ainda há muito o que conquistar.

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

Nos trechos acima obtidos a partir da resposta de alguns dos sujeitos, é possível compreender essa distinção entre os sentidos presentes em um mesmo cognema. Tudo indica que **forças**, **fortes** são os elementos centrais e os outros se alocam em torno dos mesmos. Como pode ser visto na análise de similitude abaixo:

Imagen 1 – Análise de Similitude.





Fonte: Software Iramuteq®.

Com relação ao cognema **defesa** importa dizer que no momento de análise das palavras evocadas, também surgiram palavras como “autodefesa” e “defesa pessoal”. A seguir seguem alguns dos relatos obtidos ao longo do estudo, nota-se que não somente o público do gênero feminino detém esse entendimento sobre tal questão.

Tabela 2 – Distribuição de respostas de cinco participantes obtidas ao serem questionados sobre o pensam sobre as mulheres que praticam lutas:

Descrição do Participante

Feminino, 29 anos

Lutas para mulheres não é só uma prática de exercícios, mas uma escolha de autodefesa.

Masculino, 22 anos

A prática das lutas além da sua importância cultural, incentiva as mulheres a ocuparem espaços que são conhecidos por serem predominantemente masculinos. Sobretudo possui uma importância na defesa pessoal da mulher e sua segurança na sociedade.

Feminino, 20 anos

Acho incrível! Pratico luta há 16 anos e tenho certeza que ela mudou a minha vida. O tatame é o lugar onde a mente descansa. Além disso, vivemos em uma sociedade perigosa e a defesa pessoal é extremamente importante.

Feminino, 18 anos

Para mim é um espaço que pouco se vê mulheres, e simplesmente um espaço necessário para nós sabendo da disciplina, mudança de vida, transformação e defesa pessoal que a luta consegue trazer.

Feminino, 21 anos

Acho que é de extrema importância, ainda mais para defesa pessoal. Acho ideal todas terem oportunidade de conhecer alguma luta.

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

E essa urgência em zelar por si enquanto mulher alcançou uma magnitude, que passou a ser difundidas com maior constância socialmente maneiras da mulher se defender de eventuais agressores.

De acordo com dados da Fundação Perseu Abramo (2001), uma mulher brasileira é espancada a cada 15 segundos. O que concatena a necessidade de políticas públicas e ações sociais que deem conta de conscientizar, resguardar e dar voz às mulheres que estejam ou não em situação de violência. Com esse cenário, práticas e técnicas corporais passaram a serem desenvolvidas e compartilhadas, a partir do momento em que ocorreu essa preocupação em tentar defender-se de alguma forma.

O Wendo, direcionada às “violências físicas e psicológicas do dia-a-dia e não se detém apenas a treinos físicos, mas sobretudo, a trabalhar a linguagem corporal e as habilidades psicológicas e verbais. Diz-se feminista quando se mostra como uma resposta e um enfrentamento das mulheres em relação à violência contra essas [...]”, assim sendo, “para as praticantes do Wendo, o fato da luta ser só para mulheres, justifica-se pela representação social da violência de gênero que parte do pressuposto do homem como agressor. [...]” e não obstante, a prática ainda se justifica no fato de que “na sociedade o homem está mais ligado a esportes violentos, técnicas de luta e defesa e a mulher é privada de tais atividades, o

Wendo seria um espaço de resarcimento, um artifício empoderador e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de criação de grupos de mulheres, a partir da incitação da solidariedade entre estas." (MONTEIRO, GARCIA, 2011, p. 2)

Já os elementos periféricos atuam como um aporte indispensável do sistema central, em decorrência da proteção que é gerada em torno do núcleo central e não somente por isso, a partir do momento em que ele é capaz de indicar também as maneiras com que essas representações são compreendidas e atualizadas a partir de distintos contextos.

O que aponta as possíveis distinções presentes à medida em que os indivíduos vivenciam diferentes experiências no decorrer da vida, uma vez que possibilita a integração das histórias e experiências de cada indivíduo (SÁ, 1996). Os elementos periféricos da representação social em questão no estudo – mulheres praticantes de lutas, estão alocados nas outras três casas do diagrama.

A segunda e a terceira casa dizem respeito aos cognemas que foram menos salientes na formação dessa estrutura da representação social de um dado objeto, porém, ainda assim eles se tornam importantes para a sua conformação (Vergés, 2002). Com isso, na 1ª periferia (o quadrante superior direito), encontra-se a palavra coragem como tendo sido evocada

No quadrante superior direito, a segunda periferia das representações sociais das mulheres que praticam lutas, teve a ocorrência dos seguintes: **coragem, empoderamento, guerreiras e determinação**

Um cognema presente que permeia o núcleo central e está alocado na segunda casa, canto direito superior, é **coragem** e possivelmente isso indica a postura que as mulheres tiveram de assumir perante a sociedade para praticar algo que historicamente era imputado que não condizia com a sua natureza. Como consta no estudo de Goellner (2005a), no passado as mulheres que se inclinavam à prática esportiva eram consideradas detentoras de um espírito desviante.

"A prática esportiva, o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso de artifícios estéticos, por exemplo, eram identificados como impulsionadores da modernização da mulher [...]" (GOELLNER, 2005a, p. 145) e eram compreendidos também "como de natureza vulgar que a aproximavam do universo da desonra e da prostituição" (GOELLNER, 2005a, p. 145).

Tabela 3 – Distribuição de respostas de um participante obtida ao ser questionado sobre o pensa a respeito das mulheres que praticam lutas:

Descrição do Participante	
Feminino, 20 anos	<p>De modo geral, eu vejo como um ato de coragem e representatividade. Uma mulher que se insere em um meio que, em teoria, é masculino, tem uma grande importância e acima de tudo, é revolucionário para nós. Sem contar que é um modo de se assegurar diante do perigo que sabemos que as mulheres estão sujeitas a todo momento dentro da nossa sociedade.</p>

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

A partir da imagem gerada na análise de similitude (imagem 1), nota-se que há uma relação entre os cognemas: **coragem – determinação – resiliência**.

Tabela 4 – Distribuição das respostas de dois participantes obtidas ao serem questionados sobre o pensam sobre as mulheres que praticam lutas:

Descrição do Participante	
Masculino, 21 anos	<p>São muito determinadas, pois muitas, para poderem praticar algum tipo de luta, têm que superar as barreiras do preconceito de que a área de lutas não é para mulheres.</p>
Feminino, 25 anos	<p>Importante para nosso reconhecimento e quebra de tabus existentes na sociedade, representatividade para nosso campo de atuação, seja no trabalho ou prática do esporte.</p>

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

Já na zona de contraste, na parte inferior esquerda, ocorreu a incidência das palavras **poder, respeito, representatividade**. Nos trechos anteriores dos participantes, evidencia-se a importância das lutas não somente para desmistificar arquétipos construídos socialmente, como também a chance da mulher que pratica lutas sendo uma representatividade e até mesmo de poder, a partir do momento em que ela passa a ser vista não somente como uma atleta, mas também como um espelho para outras mulheres.

Na quarta casa, situada na parte inferior direita do diagrama, estão os elementos que foram menos citados e também menos evocados de prontidão pelos sujeitos da pesquisa. Nela aparecem os cognemas como **preconceito e igualdade**, que possivelmente aponte a

visão difusa na contemporaneidade, que visa a igualdade entre os sexos e a quebra de preconceitos no mundo esportivo, em específico nas lutas.

Um caso que serve para ilustrar essa questão, foi a luta da atleta Crys Ciborg que declarou sofrer bullying por Dana White, o então presidente do *Ultimate Fighting Championship* (UFC). Em uma das ocasiões, no ano de 2014, White se envolveu em uma polêmica ao afirmar que a lutadora parecia o “Wanderley Silva em um vestido e salto”.

[...] ainda, quando se comparam as categorias sexuais com sub-categorias como as de homem-empresário, homem-atleta, homem-pai, no caso da categoria feminina a única subcategoria que conserva exclusivamente atributos femininos é a da mulher-mãe, enquanto que as de mulher-atleta ou de mulher-empresária já incluem atributos masculinos (Arruda *apud* Deaux et al., 1993, p. 131)

Fato que as mulheres que quebram padrões (de feminilidade) impostos socialmente são estigmatizadas e alvo de preconceito. Visto isso, um dos trechos dos sujeitos corrobora com essa noção da igualdade no esporte, ao afirmar que:

Tabela 5 – Distribuição das respostas de dois participantes obtidas ao serem questionados sobre o pensam sobre as mulheres que praticam lutas:

Descrição do Participante	
Masculino, 19 anos	(...) elas têm de ter esse direito (da prática esportiva), tanto quanto qualquer outro gênero também tem de ter, e não serem rebaixadas só porque são mulheres.
Masculino, 25 anos	Elas fazem o que querem, afinal, mesmo direito para todos pelo menos assim que tem que ser.

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

As palavras normais, naturalidade ou quaisquer outras que compõem essa mesma família semântica não foram evocadas com um número de frequência considerável. No entanto, nota-se que mesmo frente a toda estigmatização e objetificação da mulher na sociedade contemporânea, há-se um viés interessante no que diz respeito aos sujeitos que compuseram a pesquisa terem afirmado que mulheres que praticam lutas é algo normal. Isso

provavelmente surge em decorrência da proximidade deles com tal realidade, devido a profissão que escolheram para si ou suas experiências individuais. Segue abaixo algumas das citações que corroboram com tal discurso:

Tabela 6 – Distribuição das respostas de seis participantes obtidas quando questionados sobre o que pensam sobre as mulheres que praticam lutas:

Descrição do Participante	
Masculino, 27 anos	Acho hiper interessante, acho que é algo normal. Além de ser um ótimo esporte e ajudar as mesmas a dar meios de defesas para as praticantes.
Feminino, 18 anos	Algo absolutamente normal. Acredito que deve haver ainda muito mais inclusão das mulheres nas lutas.
Masculino, 27 anos	Eu acho normal. Tenho a visão de que a mulher tem espaço em qualquer lugar, atividade, esporte etc.
Masculino, 27 anos	Como já fiz parte do mundo das artes marciais é normal.
Masculino, 18 anos	É algo normal que todos devem respeitar e incentivar.
Feminino, 47 anos	Acho muito normal, hoje em dia o preconceito está em baixa nesse caso.

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

A análise por variáveis gênero e integralização de curso também foi realizada, porém, os resultados apontaram uma semelhança entre elas e a análise realizada acima a respeito do total da amostra.

Quando analisados pela variável gênero, observou-se os seguintes cognemas como possíveis representações das mulheres praticantes de lutas para os sujeitos do gênero feminino: **força – fortes – defesa**. Já em contraponto, se analisarmos os resultados do gênero masculino, não ocorreu a incidência da palavra defesa. E isso possivelmente constate essa preocupação por parte das mulheres em se assegurar contra possíveis riscos, como dito anteriormente.

Ao levar em consideração que a periferia está envolvida com o maior contato com as práticas e a individualidade de cada indivíduo, teve-se como resultado na primeira periferia a palavra **coragem** em ambos os gêneros e a presença da palavra **proteção** presente apenas

no grupo feminino. É possível estabelecer que proteção e defesa tem uma relação entre si, afinal, seria o proteger-se ou defender-se de algo ou alguém. No grupo masculino, o cognema respeito apareceu na casa esquerda inferior, dos elementos contrastantes, tendo sido citado 6 vezes, o que indicaria possivelmente o respeito que estes sujeitos do grupo masculino detêm acerca das mulheres que praticam lutas.

Já com relação às varáveis de integralização de curso (abaixo do 4º período e acima do 4º período), notou-se que:

Tabela 7 – Dados encontrados na análise prototípica por integralização de curso.

ABAIXO DE 50% DE INTEGRALIZAÇÃO DE CURSO	ACIMA DE 50% DE INTEGRALIZAÇÃO DE CURSO
Presença dos cognemas força – fortes – coragem como núcleo central.	Apresentou força, fortes e defesa como possível núcleo central das representações sociais das mulheres praticantes de lutas para esse grupo.
Cognemas defesa e empoderamento na 1ª periferia.	Apenas coragem na 1ª periferia.
Poder e superação como elementos contrastantes.	Empoderamento, representatividade como elementos contrastantes.
Cognemas guerreiras, determinação, proteção, resistência na 2ª periferia e em comum com o outro grupo, exceto por igualdade e liberdade.	Além dos elementos em comum com o outro grupo, ocorreu a presença do cognemas preconceito, disciplina, perseverança e confiança .

Fonte: Desenvolvido pelos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo em que se aponta semelhanças, também ocorre disparidades com relação aos cognemas gerados por cada grupo acima. Um dos objetivos específicos desse estudo era o de comparar se havia ou não uma mudança de pensamento por parte destes discentes quando estão no início e no final do curso.

E com tais resultados expostos acima, importa dizer que há uma tendência de mudança na maioria nos elementos periféricos das representações sociais em foque no

presente estudo. Isso é, os caminhos nos quais foram percorridos até se chegar ao núcleo central desse objeto de pesquisa.

O possível núcleo central apresentou uma certa inflexibilidade, a medida em que ocorreu a distinção apenas de um dos cognemas. Importa dizer que há uma tendência de discentes tanto no início quanto no término de curso atribuírem fortes e força como o núcleo das representações sociais das mulheres que praticam alguma modalidade de lutas.

CAPÍTULO VII

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que muitos aspectos deliberam a prática social do que é ser homem ou mulher e do que pertence majoritariamente ao território feminino ou masculino. Ao longo do estudo pôde-se compreender acerca das possíveis representações sociais partilhadas por discentes do curso de Educação Física a partir do termo indutor "mulheres praticantes de lutas."

Com isso, identificou-se os cognemas fortes, força como integrantes de um possível núcleo central. E essa ideia concatena com o fato dessas palavras terem sido apontadas em todos os grupos, desde o geral (que englobou todos os sujeitos sem levar em consideração as variáveis) até os específicos (com variáveis). relação as duas variáveis, a variável periodização do curso foi a que apontou maiores distinções entre seus grupos. Já a variável gênero não gerou grandes distinções com relação as representações.

Mesmo que os cognemas força e fortes estejam presente no núcleo central de todos os grupos, o que denota uma inflexibilidade, a incidência de algum ou outro cognema distinto, marca o quão plural um objeto de estudo pode ser para um determinado grupo.

Além do mais, a presença do cognema defesa evocado em sua maioria por mulheres, denuncia um reflexo da sociedade contemporânea em que são altos os números de violência contra mulheres, desse modo, o presente estudo evidencia que as mulheres se encontram em situação de alerta para eventuais ameaças que de alguma maneira possa surgir. E com isso, encontram nas lutas uma forma de proteger a si mesma. Já que por muita das vezes a segurança pública não é de fato efetiva.

Em síntese, os dados obtidos direcionam a uma visão contrária ao androcentrismo, por mais que historicamente a sociedade brasileira seja enraizada na conjuntura do patriarcado. Porém, o estudo se debruça a uma amostra que já tende a ser um pouco mais desconstruída quando o assunto está voltado às mulheres no esporte, o que deve ser levado em consideração.

Para estudos futuros, vale compreender o que os indivíduos que não são do curso de Educação Física pensam a respeito das mulheres que praticam lutas, a fim de se constatar se de fato há uma tendência a partilhar das mesmas representações. E o estudo pode ir mais

além, ao observar não só pessoas que permeiam o ambiente universitário, como também aquelas que não o constitui. E uma outra questão não menos importante, é a multiplicidade da mulher nos tempos atuais, em que a temática como a transexualidade ainda é considerada um tabu no ambiente esportivo. Portanto, é preciso que se incline a tal realidade e se desenvolva estudos nessa esfera.

Ainda assim, importa dizer que políticas públicas inclusivas de acesso e permanência nos esportes e que visem liquidar possíveis barreiras e assegurar direitos e o espaço dessas mulheres em todas as esferas sociais, não somente no âmbito universitário, é de tamanha importância a medida em que a sociedade avança em inúmeros outros aspectos, estima-se que os indivíduos possam ir de encontro a tal realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. de O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e estado**, v. 24, p. 713-737, 2009.
- AMÂNCIO, L. Género: representações e identidades. Análise das representações do masculino e do feminino e sua articulação com as identidades. 1993.
- ARRUDA, A Feminismo, gênero e representações sociais.Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB.**, v. 8, n. 1-2, p. 113-138, 2000.
- ATO, M.; LÓPEZ-GARCÍA, J. J.; BENAVENTE, A. Un sistema de clasificación de los diseños de investigación en psicología. **Anales de Psicología/Annals of Psychology**, v. 29, n. 3, p. 1038-1059, 2013.
- BADINTER, E. XY – Sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. 2 a ed. Rio de Janeiro: **Nova Fronteira**, 266 p., 1993.
- BAMPI, L. N. da S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. Modelo social: un nuevo abordaje para el tema deficiencia. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo: edição revisada e ampliada. Lisboa: **Edições 70**, 280 p., 2011.
- BETTI, M. Corpo, cultura, mídias e educação física: novas relações no mundo contemporâneo. **Lecturas, Educación Física**, 2004.
- BETTI, M. Esporte na mídia ou esporte da mídia?. **Motrivivência**, n. 17, 2001.
- BRASIL. Cob reforça o compromisso com a igualdade de gênero e destaca a evolução técnica das atletas do país. Disponível em: <<https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/cob-reforca-o-compromisso-com-a-igualdade-de-genero-e-destaca-a-evolucao-tecnica-das-atletas-do-pais/>>. Acesso em: 25 de mai. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm#:~:text=exclusivamente%20de%20amadores.-,Art.,%C3%A0s%20entidades%20desportivas%20do%20pa%C3%ADs.>. Acesso em: 28 de março de 2021. Distrito Federal, 1941.
- BRASIL. Deliberação n. 7 do Conselho Nacional de Desportos. Distrito Federal, 1965.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: Ministério de Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1997b.

- BUSHMAN, Brad J. Aggressive cues: Weapons and violent media. In: Aggression and Violence. **Routledge**, 2016. p. 194-208.
- BUTLER, J. Performative acts and gender constitution: An essay in phenomenology and feminist theory. In: **Feminist theory reader**. Routledge, 2020. p. 353-361.
- BUTLER, J. Feminism and the Subversion of Identity. **Gender trouble**, v. 3, n. 1, 1990.
- CAMPOS, L. A. S. Metodologia do ensino das lutas na educação física escolar. **Várzea Paulista: Fontoura**, 2014.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, 2003.
- CORDE. Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF, 1994.
- CORRÊA, M. D. et al. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021.
- DEBORT, G. A sociedade do espetáculo. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.
- DAOLIO, J. Educação Física Escolar: em busca da pluralidade. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, supl. 2, p. 40-42, dezembro 1996.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, p. 40-52, 2003.
- FALCÓN, J. C. E. et al. La violencia, un problema de salud. **Revista cubana de medicina general integral**, v. 24, n. 4, p. 0-0, 2008.
- FORBES. The Worlds 10 Highest-paid Athletes. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/brettknight/2021/05/12/the-worlds-10-highest-paid-athletes-conor-mcgregor-leads-a-group-of-sports-stars-unfazed-by-the-pandemic/?utm_source=TWITTER&utm_medium=social&utm_content=4813739003&utm_campaign=sprinklrForbesMainTwitter&sh=700c6f4c26f4>. Acesso em: 16 de mai. 2021.
- GALEANO, E. As Palavras Andantes. São Paulo: **L&PM**, 1994.
- GERGEN, K. J. A psicologia social como história. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 475-484, 2008.
- GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005a.
- GOELLNER, S. V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**. Goiânia. Vol. 8, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 85-100, 2005b.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2014. Brasília: **Inep**, 2015. Disponível

em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IOC – INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. IOC releases Framework on Fairness, Inclusion and no discrimination on the basis of gender identity and sex variations. **Olympics.com**, 2021. Disponível em: < <https://olympics.com/ioc/news/ioc-releases-framework-on-fairness-inclusion-and-non-discrimination-on-the-basis-of-gender-identity-and-sex-variations>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

JODELET, D. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, p. 1258-1271, 2016.

JODELET, D. (org). Representações Sociais: Um domínio em expansão. Rio de Janeiro: **EdUERJ**, p. 17-44, 2001.

JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. **Psychologie sociale**, v. 2, p. 357-378, 1984.

LANÇANOVA, J. E. da S. Lutas na educação física escolar: alternativas pedagógicas. Alegrete: Universidade da Região da Campanha, 2006.

LESSA, F. S.; ROCHA, F. B. Mulheres nas práticas esportivas gregas antigas. **PHOÍNIX**, v. 13, n. 1, p. 84-97, 2007.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo** 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MALTA, D. C. et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, 2020.

MANDELBAUM, Belinda. Sobre o campo da Psicologia Social. **Psicologia USP**, v. 23, p. 15-43, 2012.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Brasília: Inclusão – **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MAZZONI, A. V; OLIVEIRA JÚNIOR, J. L. Lutas: da pré-história a pós-modernidade. Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_04.pdf. Acesso em: 20 de jan. 2022.

MOSCOVICI, S. El psicoanálisis, su imagen y su público. Buenos Aires: **Editorial Huemul**, 1979.

MORIN, E. O Problema Epistemológico da Complexidade. Lisboa: **Europa-América**, 1983.

MOURA, G. X. de et al. The invisibility of women in legislations and National Conferences of sport and leisure in Brazil. **Journal of Gender Studies**, v. 29, n. 7, p. 779-790, 2020.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000.

NAIFF, D. G. M.; NAIFF, L. A. M.; DE SOUZA, M. A. As representações sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 219-232, 2009.

NAIFF, D. G. M.; MONTEIRO, R. ; NAIFF, L. A. M. O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários. **Psico-USF**, v. 14, p. 221-227, 2009.

OLÍMPIADA TODO DIA. Brasil já tem 230 atletas classificados para os Jogos Olímpicos de Tóquio. Disponível em: <<https://www.olimpiadatododia.com.br/toquio-2020/84789-brasileiros-lista-classificados-olimpiada-toquio-2020/>>. Acesso em: 28 de mai. de 2021.

OLIVEIRA, D. C. et al. Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**, p. 573-603, 2005.

OLIVIER, J. C. Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola. 1 ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

PLAZAOLA-CASTAÑO, J.; PÉREZ, I. R. Violencia contra la mujer en la pareja y consecuencias en la salud física y psíquica. **Medicina clínica**, v. 122, n. 12, p. 461-467, 2004.

PINHEIRO, A. S. F.; BARBOSA, J. C. O potencial de um estudo piloto na pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 3, p. 1135-1155, 2019.

PRETTE, A. D. O ensino da Psicologia Social: a opção preferencial pela concomitância teoria-prática. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, p. 53-59, 1991.

REDE NACIONAL DO ESPORTE. Jogos Olímpicos do Japão terão 49% de participação feminina, o maior percentual da história. Disponível em: <<http://rededoesporte.gov.br/pt-br/noticias/jogos-olimpicos-do-japao-terao-49-de-participacao-feminina-o-maior-percentual-da-historia>>. Acesso em: 16 de mai. 2021.

RIBEIRO, P. R. C. et al. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I. História, abordagens, métodos e perspectivas da teoria das representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 407-409, 2016.

RUFINO, L. G. B., DARIDO, S. C. A separação dos conteúdos das “lutas” dos “esportes” na educação física escolar: necessidade ou tradição?. **Pensar a prática**, 14(3), 2011.

RUFFONI, R. Perspectivas educacionais das lutas. In: VIANNA, J. A. (org.). Artes marciais, esportes de combate e lutas: conhecimento aplicado. **Pimenta Cultural**, 2021.

RUSSO, R. Imagem Corporal: construção através da cultura do belo. Espírito Santo de Pinhal: **Movimento e Percepção**, v. 5, n. 6, p. 80-90, 2005.

SÁ, C. P. Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: **Vozes**, 2^a2a ed., 2002.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. **Ministério Público do Estado da Bahia**, 2004.

SALIH, Sara. On Judith Butler and performativity. **Sexualities and communication in everyday life: A reader**, p. 55-68, 2007.

SCHULZE, C. M.; CAMARGO, E. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 287-299, 2000.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 15. n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, J. Gender: still a useful category of analysis?. Diogenes, v. 57, n. 1, p. 7-14, 2010.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicosocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 300-308, 1993.

STEARNS, P. N. História das relações de gênero. - 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

STRALEN, C. J. Psicologia Social: uma especialidade da psicologia?. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, p. 93-98, 2005.

LIMONGI, F.; OLIVEIRA, J. S.; SCHMITT, S. T. Sufrágio universal, mas... só para homens. O voto feminino no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, 2020.

MONTEIRO, L. L. C; GARCIA, L. G. "Conheça sua força": Um estudo sobre a prática da Defesa Pessoal Feminista. In: **III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: Olhares diversos sobre a diferença**, 2011, João Pessoa.

MOSCOVICI, S. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. **Vozes**, 2003.

ARAÚJO, R. C. B. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos avançados**, v. 17, p. 133-150, 2003.

FERNANDES, V. et al. (2015). Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de Boxe e MMA. **Revista da educação física/UEM**, 26, 367-376.

SILVA, M. A. de O. Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas. **História (São Paulo)**, v. 26, n. 1, p. 203-206, 2007.

SOUZA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 52-68, 1999.

UFRRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos. 2022? Disponível em: <<https://portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/comite-de-etica-na-pesquisa-com-seres-humanos/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento social e representações sociais. **Psicologia social** (9^a edição revista e actualizada). Lisboa: **Fundação Calouste Gulbenkian**, 9^a ed. p. 569-602, 2013.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In: VALA, J; MONTEIRO; BENEDICTA, M. (Coord.). Psicologia social. 6. ed. Edição. **Fundação Calouste Gulbenkian**, 2004. p. 457-502.

WACHELKE, J. F. R. Identificação com o grupo: adaptação e validação de uma medida geral para o contexto brasileiro. **Psicologia e Saber Social**, v. 1, n. 2, p. 187-200, 2012.

WACHELKE, J. F. R.; WOLTER, R. P. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521-526, 2011.

WEINBERG, R. S., GOULD, D. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. (C. Monteiro, Trad.). Porto Alegre: **Artmed**, 2008.

WOLTER, R. P.; WACHELKE, J. F. R.; NAIFF, D. A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 1139-1152, 2016.

WURMAN, R. S. Ansiedade de Informação 2. 1 Edição: Editora Cultura, 2001.

WIACEK, J. de F. N. O fora do ar, o devir-outro. E, na mídia, a (d)eficiência em cena em mais um programa para normalizar a diferença. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Maringá: Maringá, Paraná: **UEM**, 2004.

WOMAN IN SPORT. Beyond 30%: Workplace Culture in Sport. London Sport, 2018. Disponível em: <<https://data.london-sport.org/dataset/2z9w6/beyond-30percent-workplace-culture-in-sport>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. Como trabalhamos com grupos. **Artes Médicas**, 1997.

ANEXO I – Distribuição dos participantes por Instituição de Ensino.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	QUANTIDADE DE DISCENTES PARTICIPANTES POR IES	TIPO DA REDE
Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro (UFRRJ)	103	Pública
Unisuam	13	Privada
IFCE – Campus Limoeiro	10	Pública
Estácio De Sá	2	Privada
Universidade Federal Do Rio De Janeiro (UFRJ)	2	Pública
Unopar	1	Privada
Celso Lisboa	1	Privada
Unifatecie	1	Privada
Unicesumar	1	Privada
Universidade Salgado De Oliveira	1	Privada
Uniasselvi	1	Privada

Fonte: Desenvolvido pelos pesquisadores.

APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pesquisa Presencial



UNIVERSIDADE
RIO DE JANEIRO



FEDERAL RURAL DO
PPGPSI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Título do Projeto: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE AS MULHERES NAS LUTAS

Pesquisadoras responsáveis: Profº. Drº. Denis Naiff, Laryssa Rangel Guerra

Endereço: Instituto de Educação, Departamento de Educação Física e Desportos. BR-465, Km 7, Seropédica - Rio de Janeiro/RJ. CEP: 23.897-000.

Prezado(a) _____ (nome do participante), você está sendo convidado(a) para participar deste estudo porque você é um(a) discente(a) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e é maior de 18 anos de idade. Este estudo permitirá que se amplie a noção dos estereótipos nas representações sociais, mais especificamente, compreendam melhor acerca dessas representações sobre a mulher atleta.

Por que este estudo está sendo realizado? Este estudo está sendo realizado para investigar as representações sociais das mulheres na modalidade esportiva lutas, sob a ótica de estudantes universitários.

Procedimentos da pesquisa: Caso aceite nosso convite, você irá participar no preenchimento de um questionário que visa responder a algumas questões estabelecidas pela entrevistadora. É de extrema importância para a veracidade da pesquisa que as respostas fornecidas por você sejam mais próximas da realidade possível.

De quanto tempo será minha participação no estudo? Sua participação será apenas hoje, porém, pode ser que ocorra a necessidade que você participe também em um outro dia, mas somente quando você estiver disponível, isso será avisado previamente. Calcula-se que sua participação terá uma duração de até 15 minutos.

Quantas pessoas vão participar deste estudo? Serão convidados para participar deste estudo 140 estudantes universitários vinculados a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Descrição dos Riscos e Desconfortos: A sua participação nesta pesquisa não acarretará grandes riscos previsíveis, apenas em possível constrangimento com alguma das perguntas. Para reduzir ao mínimo esse possível estado, todas as respostas serão confidenciais, mantidas em anonimato e com uso restrito à equipe da pesquisa.

Benefícios da Pesquisa: Sua participação neste estudo é voluntária e não trará benefício momentâneo direto para você. Mas os resultados da entrevista, baseados nas respostas dos participantes serão utilizadas para ...

Custos e Pagamento por sua Participação no Estudo: Não há custo financeiro no que diz respeito à sua participação no estudo.

Confidencialidade e avaliação dos registros: o seu nome não será divulgado em nenhum momento antes, durante e nem após a realização da pesquisa, sendo assim, o anonimato será preservado. Sendo assim, todas as informações obtidas com seu questionário serão mantidas em arquivo confidencial com uso restrito apenas à equipe da pesquisa e para fins exclusivos deste estudo. Os resultados dos procedimentos executados nesta pesquisa serão analisados e divulgado em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação, sem vinculação ao seu nome, tendo um total sigilo.

Direito de Recusa ou Desistência: Você tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, bastando entrar em contato com a pesquisadora via e-mail.

Pessoas para Contato: Se você tiver dúvidas sobre esta pesquisa entre em contato com as pesquisadoras do projeto, podendo, inclusive, ligar a cobrar. Os contatos das pesquisadoras são:

Pesquisadora Responsável: Laryssa Rangel Guerra
E-mail: guerra.ufrrj@hotmail.com

Declaração de Consentimento

A minha assinatura abaixo indica que eu concordo em participar deste estudo. E eu tive a oportunidade de fazer perguntas. Eu sinto que minhas dúvidas foram todas sanadas. Reconheço que participar deste estudo é uma escolha minha. Entendi que após decidir participar deste estudo, posso desistir a qualquer momento. Este termo será assinado em duas vias de igual teor e eu receberei uma delas e a outra será arquivada pela pesquisadora, de acesso somente aos envolvidos na pesquisa. Declaro também estar ciente sobre a gravação da entrevista.

Nome legível do participante: _____

Nome legível do entrevistador: _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Entrevistadora

Rio de Janeiro, ____ / ____ / _____

APÊNDICE II – Instrumento de Pesquisa (Questionário de Caracterização Sociodemográfica e Atitudinal)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

PARA PREENCHIMENTO DO APLICADOR.

Data de coleta: ____ / ____ / ____ (_____)

Localização: _____

Aplicador(a): _____

Horário de início: _____ Horário de término: _____

Características da coleta:

Teve interrupções ou intercorrências na aplicação? () sim | () não

Aplicação foi na sala de aula? () sim | () não

Outras observações:

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Encarecidamente, leia com cuidado todas as perguntas e tente responder da forma mais aproximada da realidade possível.

Sua ajuda será de grande valia!

PERFIL

- Nome dx discente voluntárix: _____
 - Código de Identificação: _____
 - Qual seu sexo? () Feminino () Masculino () Outro
| Caso sua resposta tenha sido “outro”, especifique qual: _____
 - Qual sua identificação étnica? () Branca () Preta () Parda () Indígena () Outro
| Caso sua resposta tenha sido “outro”, especifique qual se possível:

 - Curso: _____ | Percentual de Integralização: _____
 - Idade: _____
 - Você pratica ou já praticou alguma modalidade de luta?
() Sim. () Não. | Se a sua resposta for “sim”, especifique qual: _____
 - Caso sua resposta anterior seja “sim”, você já teve contato com a prática de lutas na universidade? () Sim. () Não. | Se a sua resposta for “sim”, especifique qual:

- Cite as 5 primeiras palavras que vem imediatamente à sua mente quando você ouve “**MULHERES NAS LUTAS**”:
-
-
-
-
-

APÊNDICE III – TCLE reduzido e Questionário utilizado para a *pesquisa online*.

The screenshot shows a Google Form interface. At the top right is the logo of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) with the text "PPGPSI". Below the logo, the title "Representações Sociais das mulheres nas lutas" is displayed in large, bold, yellow and red text. To the left of the title is the PPGPSI logo. Below the title, it says "Discente: Laryssa Rangel" and "Orientador: Prof. Dr. Denis Naiff". A green header bar indicates "Seção 1 de 6". The main content area has a light gray background with a blue vertical border on the left. The section title "Representações Sociais de Universitários sobre Mulheres Praticantes de Lutas" is centered in large black font. Below it, a message to the participant is written in black text. A note in blue text specifies the target audience. A list of requirements is provided in bold black text. On the right side of the form, there are standard Google Form controls: a close button (X), a more options button (three dots), and a text input field.

Prezado(a) Participante,

Este formulário é parte integrante de uma pesquisa de mestrado em Psicologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPSI/UFRRJ).

Responda a este questionário apenas se você for:

- Aluno do Curso de Educação Física;
- Ter mais de 18 anos.

Fonte: Google Forms.

Seção 2 de 6

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

X · · ·

Descrição (opcional)

Título

Por que este estudo está sendo realizado?
Para investigar as representações sociais das mulheres na modalidade esportiva lutas, sob a ótica de estudantes universitários.

De quanto tempo será minha participação no estudo?
Sua participação ocorrerá apenas pelo preenchimento deste formulário, calcula-se a duração de 5 a 10 minutos.

Descrição dos Riscos e Desconfortos:
A sua participação nesta pesquisa não acarretará riscos previsíveis.

Custos e Pagamento por sua Participação no Estudo:
Não há custo financeiro no que diz respeito à sua participação no estudo.

Confidencialidade e avaliação dos registros:
O seu nome e seu e-mail não serão divulgados em nenhum momento antes, durante e nem após a realização da pesquisa, sendo assim, o anonimato será preservado.

Direito de Recusa ou Desistência:
Você tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, bastando entrar em contato com a pesquisadora via e-mail.

E-mail da pesquisadora responsável: guerra.ufrrj@gmail.com

De acordo com os termos acima descritos, declaro que: *

Li e estou de acordo em participar da pesquisa de forma livre e consentida.

Fonte: Google Forms.

Seção 3 de 6

Dados Sociodemográficos e Acadêmicos

Descrição (opcional)

Instituição de Ensino *

Texto de resposta curta

Gênero *

Feminino

Masculino

Outros...

Idade *

Texto de resposta curta

Percentual de Integralização de Curso *

Abaixo de 50% de Integralização (Abaixo do 4º período de curso)

Acima de 50% de Integralização (Acima do 4º período de curso)

Fonte: Google Forms.

Seção 4 de 6

Perguntas

Descrição (opcional)

Você pratica ou já praticou alguma modalidade de luta? *

Sim.

Não.

Se sua resposta anterior for SIM, especifique qual a modalidade de lutas você pratica ou já praticou:

Texto de resposta curta

Você já teve contato com a prática de lutas na universidade? *

Sim.

Não.

Fonte: Google Forms.

Seção 5 de 6

Evocação Livre

Cite as cinco (5) primeiras palavras que vêm imediatamente à sua mente quando você ouve "MULHERES QUE PRATICAM LUTAS":

1 *

Texto de resposta curta

.....

2 *

Texto de resposta curta

.....

3 *

Texto de resposta curta

.....

4 *

Texto de resposta curta

.....

5 *

Texto de resposta curta

.....

Após a seção 5 Continuar para a próxima seção

▼

Seção 6 de 6

Para finalizar...

Descrição (opcional)

.....

Qual sua opinião sobre as mulheres que praticam lutas? |

Texto de resposta longa

.....

Fonte: Google Forms.